

Ricardo Leite Pinto*

**Salazar contra “Superman”
Banda Desenhada e Censura durante o Estado Novo: o caso das
publicações periódicas infanto-juvenis e o papel da Comissão
Especial para Literatura Infantil e Juvenil e da Comissão da
Literatura e Espectáculos para Menores (1950-1956)**

R E S U M O

O estudo da Censura às publicações periódicas infantojuvenis durante o Estado Novo, praticamente ignorado entre nós, permitirá iluminar alguns aspectos menos conhecidos da História do regime autoritário anterior ao 25 de Abril, sobretudo no que diz respeito às políticas culturais e educativas que tiveram como destinatárias as crianças, os adolescentes e os jovens adultos e o papel da Censura nessas políticas. Por outro lado contribuirá para avaliar a recepção e o desenvolvimento em Portugal das “histórias em quadrinhos”, como fenómeno paradigmático da “cultura popular”, as quais alcançaram o seu apogeu durante os anos 40 e 50 do século passado. O presente texto tenta uma primeira aproximação ao tema, estudando o papel da Comissão Especial para a Literatura Infantil e Juvenil e da Comissão da Literatura e Espectáculo para Menores no policiamento de algumas publicações infantojuvenis- “Mundo de Aventuras”, “Cavaleiro Andante”, “Titã”, “Flecha” e “Valente” – entre 1950 e 1956.

Palavras-chave: Censura; Estado Novo; Banda Desenhada; Publicações Periódicas Infanto-juvenis.

A B S T R A C T

The study of Censorship of juvenile periodical publications during the “Estado Novo”, practically ignored among us, will enlighten some lesser-known aspects of the history of the authoritarian regime previous to the 25th of April, especially in what regards the cultural and educational policies addressed to children, adolescents and young adults and the role of censorship in these policies. On another hand, it will also help to evaluate the reception and development in Portugal of “comics” as a paradigmatic phenomenon of “popular culture”, which reached its peak during the 40s and 50s of the last century. This paper attempts to make a first approach to the subject, by studying the role of the “Comissão Especial para a Literatura Infantil e Juvenil” and the “Comissão da Literatura e Espectáculos para Menores” in the policing of some juvenile publications “”. “Mundo de Aventuras”, “Cavaleiro Andante”, “Titã”, “Flecha” e “Valente” - between 1950 and 1956.

Keywords: Censorship; “Estado Novo”; Comics; Children and Youth Periodicals.

* Docente da Faculdade de Direito da Universidade Lusíada de Lisboa. Investigador Associado do Centro de Estudos Jurídicos , Económicos e Ambientais (C.E.J.E.A.) das Universidades Lusíada.

2016

1. Introdução¹

Os estudos sobre a Censura durante o Estado Novo² em Portugal ignoram quase por completo a temática das publicações periódicas infanto-juvenis e nelas das “histórias em quadrinhos” ou, como hoje se designam, as “bandas desenhadas”.³ Em rigor, estudar as relações da Censura com

¹ Na reprodução dos documentos que constituem fontes primárias manteve-se a grafia original.

² A bibliografia sobre o Estado Novo e em particular sobre os consulados de Oliveira Salazar e Marcello Caetano é extensa, ampliando-se todos os anos com novos estudos e ensaios. Indicamos algumas obras de referência para enquadramento geral do presente texto :: Manuel de Lucena, “António de Oliveira Salazar”, in *Dicionário de História de Portugal*, vol.9 Suplemento P/Z, Porto, António Barreto e Maria Filomena Mónica, coordenadores (Porto: Figueirinhas, 2000) 283 -390; Maria de Fátima Bonifácio, “Historiografia do Estado Novo”, in *Dicionário de História de Portugal*, 8ª vol. Suplemento F/O, António Barreto e Maria Filomena Mónica, coordenadores (Porto: Figueirinhas, 1999)187-198; Helena Matos, *Salazar; vol. 1, A construção dos mitos, vol. 2 A propagação*..(Lisboa: Temas & Debates, 2003/2004); Ernesto Castro Leal, *Nação e Nacionalismos. A Cruzada Nacional D. Nuno Álvares Pereira e as origens do Estado Novo (1918-1938)*, (Lisboa: Edições Cosmos. 1999) António Costa Pinto, *O Salazarismo e o Fascismo Europeu. Problemas de Interpretação nas Ciências Sociais*. Lisboa, 1992; António Costa Pinto, *Os camisas azuis e Salazar: Rolão Preto e o Fascismo em Portugal* (2ª ed. Lisboa: Edições 70, 2016); António Ventura, «A oposição ao Estado Novo», Parte II, «Resistências ao regime ditatorial» in *História de Portugal dos Tempos Pré-Históricos aos Nossos Dias*, Vol. XIII, João Medina, dir., (Alfragide: Ediclube, s. d. [1993]) 146-205; Luís Reis Torgal, *Estados Novos, Estado Novo*, 2 vols, (2ª ed. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009); Fernando Rosas “O Estado Novo(1926-1974), *História de Portugal*, 7º volume, José Mattoso, direcção.(Lisboa: Círculo de Leitores, 1994); Fernando Rosas, “Salazar” in *Dicionário do Estado Novo*. II volume Fernando Rosas e J.M. Brandão de Brito, Orgs., (Lisboa: Bertrand, 1996) 861-876; Fernando Rosas, “O marcelismo ou a falência da política de transição do Estado Novo” in *Do marcelismo ao fim do Império* J.M. Brandão de Brito, org. (Lisboa: 1999) 15-59; Fernando Rosas, *Salazar e o Poder, A Arte de Saber durar*; (Lisboa: Tinta da China, 2015); Jaime Nogueira Pinto, *António de Oliveira Salazar: o outro retrato*, (Lisboa: Esfera dos Livros, 2007), Manuel Braga da Cruz, *As origens da democracia cristã e o salazarismo*,(Lisboa: Editorial Presença, GIS, 1980); Manuel Braga da Cruz, *O partido e o Estado no Salazarismo*, (Lisboa: Editorial Presença, Lisboa, 1988); Rui Ramos, “Os intelectuais e Estado Novo” in António Barreto e Maria Filomena Mónica (coord.), *Dicionário de História de Portugal*, 8º vol., Suplemento F/O (Porto: Figueirinhas, 1999) 181-289; Filipe Ribeiro de Menezes, *Salazar: Biografia Política*, (Lisboa: D. Quixote, 2010); João Medina, *Salazar e os Fascistas. Salazarismo e Nacional-Sindicalismo, a História de Um Conflito, 1932/1935*, (Venda Nova-Amadora: Bertrand, 1979); Jorge Ramos do Ó. *Os anos de Ferro, o dispositivo cultural durante a “Política do Espírito” 1933-1949, Ideologia, instituições, agentes e práticas*. (Lisboa: Editorial Estampa. 1999); Sérgio Campos Matos, *História, mitologia, imaginário nacional. A História no curso dos liceus (1895-1939)*. (Lisboa: Livros Horizonte. 1990);

³ A título exemplificativo as entradas sobre “Censura”, “Secretariado da Propaganda Nacional” Educação Nacional” e “Ensino” no *Dicionário de História do Estado Novo*, Fernando Rosas e J.M. Brandão de Brito, dir. 2 vols. (Venda Nova- Amadora: Bertrand Editora, 1996) e bem assim a entrada “Censura” no *Suplemento do Dicionário da História de Portugal*, vol. 7, António Barreto e Maria Filomena Mónica, orgs., (Lisboa: Figueirinhas,2001) não contém a menor referência ao tema. O mesmo se diga das principais obras generalistas sobre a Censura como são os casos de Cândido de Azevedo, *Os militares ea os militares eEste, Para a história da Censura Literária em Portugal nos Tempos do Estado Novo*, (Lisboa: Editorial Caminho, 1997); Cândido de Azevedo, *A Censura de Salazar e Caetano, Imprensa, Teatro, Cinema, Televisão, Radiodifusão, Livro*, (Lisboa: Editorial Caminho, 1999); J.M. Brandão de Brito “Censura” in *Dicionário de História do Estado Novo*. I vol. Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito, dir.,139-141; José Barreto, “Censura” in António Barreto e Maria Filomena Mónica (orgs.) *Dicionário da História de Portugal*, vol. 7 *Suplemento A/E* (Porto: Figueirinhas,1999), 284;Joaquim Cardoso Gomes, *Os militares e a Censura, A Censura à Imprensa na Ditadura Militar e Estado Novo (1926-1945)*, (Lisboa: Livros Horizonte, 2006); Ana Cabrera, coord. *Censura Nunca Mais. A censura ao Teatro e ao Cinema no Estado Novo*, (Lisboa: Aletheia Editores, 2013); Ana Cabrera, *Marcello Caetano: Poder e Imprensa*, (Lisboa: Livros Horizonte, 2006); Ana Cabrera “A censura ao teatro no período marcelista” in *Media & Jornalismo*, (nº 12, 2008) 27-58.; Isabel Forte, *A censura de Salazar no Jornal de Notícias: da actuação da Comissão de Censura do Porto no Jornal de Notícias durante o governo de António de Oliveira Salazar*; (Coimbra: Edições Minerva, 2000); Joaquim Cardoso Gomes, “Os censores do 25 de Abril: o pessoal político da censura à imprensa”

as publicações periódicas infanto-juvenis, nos anos 40, 50 ou 60 ou seja durante a Estado Novo, é estudar as relações daquela com a Banda Desenhada considerando que a maior parte dos seus conteúdos são constituídos por bandas desenhadas⁴. Por outro lado são efectivamente as bandas desenhadas o alvo privilegiado dos censores, como procuraremos mostrar adiante⁵. E sendo certo que os raros ensaios sobre a história dos "comics" em Portugal não deixam de sublinhar esse particular momento censório não é menos verdade que as referências são esparsas e laterais aos respectivos objectos de estudo⁶. O mesmo se diga dos trabalhos virados para as políticas educativas

Jornalismo e Jornalistas, (nº 57, Jan/ Jun 2014) 6-34.; Comissão do Livro Negro do Fascismo, *A política de Informação no regime fascista*, 2 vols. (Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros, 1980); António Tavares Proença, *A Censura durante o "Estado Novo" e a sua execução: A imprensa periódica na região tradicional, histórica e cultural da "Beira Baixa" segundo os documentos existentes no Arquivo da Censura*, vols. I e II (Dissertação de Mestrado, FCSH/UNL, 1992, Lisboa); Arons de Carvalho, *A Censura na Imprensa na época marcelista*, (Coimbra: Edições Minerva, 1999.) Álvaro Costa de Matos e Pedro Bebiano Braga, "Jornalismo Gráfico e Censura no Estado Novo. Uma aproximação ao problema a partir do bissemanário humorístico "Os Ridículos", *Jornalismo e Jornalistas*, (nº 49 Abr/ Jun, 2009) 51-65. ⁴ A expressão, hoje largamente adoptada, é a tradução do francês "bande dessinée" significando a actividade criativa que se reporta às sequências narrativas em que desenho e texto se interligam através de regras e códigos específicos e que constituem um todo coerente. Contudo, no período histórico aqui considerado tal técnica narrativa era designada, entre nós, por "histórias aos quadrinhos", "histórias em quadrinhos" ou "histórias em quadrados", vide Direcção dos Serviços de Censura, *Instruções sobre a Literatura Infantil*, (Lisboa, Tipografia da Empresa Nacional de Publicidade, 1950) 6. Vide também Leonardo de Sá, "Banda Desenhada" *Dicionário Universal de Banda Desenhada, Pequeno Léxico disléxico*, (Caldas da Rainha: Pedra no Charco, 2010) 19-20.; João Pedro Ferro, *História da Banda Desenhada Infantil Portuguesa, Das origens ao ABCzinho*, Prefácio de A.H. Oliveira Marques, (Lisboa: Editorial Presença, 1987); António Dias de Deus, *Os comics em Portugal, uma história da banda desenhada* (Lisboa: Cotovia/ Bedeteca de Lisboa, 1997); Thierry Groensteen, *Un object culturel non identifié* (Éditions de l'An 2, 2006). Patrick Gaumer, *Dictionnaire Mondiale de la BD* (4ª ed. Paris: Larousse, 2010)

⁵ O que não significa que a restante literatura infantojuvenil de carácter não periódico não tenha merecido a atenção da Censura, aspecto que não será aqui tratado. Há casos documentados de intervenção censória nas edições para crianças e adolescentes da Editorial Majora, Clássica Editora ou Figueirinhas. Vide Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros / Arquivo do ex- Gabinete para os Meios de Comunicação Social. PT/SGPCM/GMCS *Pasta Obras para Censura e Pasta Comissão para a Literatura e Espectáculos para Menores*. Sobre Literatura Infantojuvenil portuguesa em geral ver, entre muitos, Raquel Patriarca, "O livro Infãnto-Juvenil em Portugal entre 1870 e 1940" (Tese de Doutoramento em História, Porto, FLUP, 2012, disponível em <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/67247/2/70465.pdf>, consultado a 18/6/2016); António Garcia Barreto: *Dicionário de Literatura Infantil Portuguesa*, (Porto: Campo das Letras, 2002); Garcia Barreto, *Literatura para crianças e jovens em Portugal*, (Porto: Campo das Letras, 1998); Glória Bastos, *Literatura Infantil e Juvenil*, (Lisboa: Universidade Aberta, 1999); José António Gomes *Literatura para crianças e jovens. Alguns percursos*, (Lisboa: Caminho. 1991); José António Gomes, *A Poesia na Literatura para a Infância*, (Porto: ASA Editores. 1993); José António Gomes, *Para uma história da Literatura Portuguesa para a Infância*, (Lisboa, Instituto do Livro e das Bibliotecas, 1998); Natércia Rocha, *Breve História da Literatura para Crianças em Portugal*, (Lisboa: ICALP. 1984); Natércia Rocha, *Bibliografia geral da Literatura Portuguesa para Crianças*, (Lisboa: Editorial Comunicação. 1987).

⁶ Vide a título exemplificativo António Dias de Deus, *Os Comics em Portugal, Uma história da banda desenhada*, 202 e 234-235 e Leonardo de Sá "Censura". *op.cit.* p.34. Contudo merecem especial relevo os estudos de Carlos Gonçalves, os únicos de que temos conhecimento que especificamente analisaram o tema, vide Carlos Gonçalves, "A censura e a Banda Desenhada em Portugal" *Boletim do Clube Português de Banda Desenhada*, (nº 21, Novembro de 1979) 12-15; *Boletim do Clube Português da Banda Desenhada* (recolha dos nºs 1 a 25 (1977-1980), policopiado[s.l.] [s.d.]) e do mesmo Autor "BD Portuguesa, A Censura- Para a história da Banda Desenhada Portuguesa" in *História* (Ano IX nº 102 Novembro de 1987) 4-19. Ver também de Carlos Gonçalves uma série de 6 artigos publicados, no *Correio da Banda Desenhada* "nº 70, 71, 72, 100, 101 e 102 todos do 2º ano, suplemento do "Correio da Manhã" "entre 21/11/1981 e 23/7/1982. Temos também conhecimento, por nos ter sido gentilmente facultado pelo Autor, de um estudo de António Martinó de Azevedo Coutinho sobre "Censura e Banda Desenhada", infelizmente nunca publicado. Este último tem mantido um espaço de intervenção na internet - *Largo dos Correios, Wordpress.com*- onde, entre muitos outros temas relacionados com a Banda Desenhada, se destacam vários textos sobre as publicações

ou culturais do Estado Novo, que não aludem à problemática das publicações periódicas infantis ou juvenis e à banda desenhada⁷.

E contudo o estudo desse tema permitirá iluminar alguns aspectos menos conhecidos ou mais nebulosos da História do regime autoritário anterior ao 25 de Abril, sobretudo no que diz respeito às políticas culturais e educativas que tiveram como destinatárias as crianças, os adolescentes e os jovens adultos e o papel da Censura nessas políticas.

Paralelamente a investigação permitirá avaliar a recepção e desenvolvimento em Portugal das “histórias em quadrinhos”, que tem origem na I República mas que alcança o seu apogeu no Estado Novo nos anos 40 e 50.

O período em estudo, fundamentalmente o primeiro quinquénio da década 50 do século passado, podendo, é certo, constituir uma fase com relativa autonomia na cronologia do Estado Novo⁸ é justificada, por um lado, quanto ao “dies ad quem” (1956) pela data do falecimento do primeiro Presidente das Comissões censórias infanto-juvenis, João Serras e Silva, que a elas imprimiu uma particular orientação ideológico-doutrinária e, por outro, por razões que se prendem com o acesso às fontes primárias⁹.

Tratando-se de um verdadeiro “work in progress” o que agora se dá à estampa é, tão só, uma primeira e manifestamente incompleta abordagem ao tema.

2. As instruções para a Literatura Infantil (1950) e a Comissão para a Literatura Infantil e Juvenil (CEPLIJ)

Datam de 1950 quer a publicação das “Instruções para a Literatura Infantil” quer a criação de uma “Comissão Especial para a Literatura Infantil e Juvenil “(de ora em diante CEPLIJ)¹⁰. Em 1952 assiste-se à consagração legal da “Comissão da Literatura e Espectáculos para Menores”(de ora em

periódicas infanto-juvenis da Mocidade Portuguesa e da Mocidade Portuguesa Feminina, vide António Martinó de Azevedo Coutinho, “Camaradagens” Posts 01-10, Largo dos Correios, 7 de Janeiro a 20 de Fevereiro de 2015 (<http://largodoscorreios.wordpress.com/?s=Camaradagens>, consultado em 18/6/2016).

⁷Vide a título exemplificativo a entrada “Política de Educação”, *Suplemento do Dicionário da História de Portugal*, António Barreto e Maria Filomena Mónica, orgs., vol.7, 591.

⁸O regime vive um período de reafirmação do seu ideário fundamental, ultrapassada a delicada fase de transição pós-II Guerra Mundial- a crise do fim da guerra (1945-1947) - encerrando qualquer veleidade de abertura política e aproveitando o novo contexto internacional de agravamento da guerra fria, para endurecer a sua estratégia de policiamento ideológico interno e reforçar as estruturas repressivas do Estado Novo, antes do “terramoto delgadista” de 1958, vide Fernando Rosas, *Salazar e o Poder*, 221-245. É nesse período que se afirma o “momento censório infantojuvenil” que aqui estudamos, e que coincide grosso modo com o que mesmo Autor qualifica de os “Anos de Chumbo” do Estado Novo (1950-1958) ou a “lenta agonia do salazarismo” - Vide *História de Portugal*, José Matoso, dir..vol. 7. 503 e ss. e que também é assinalado por Leonor Areal, ao estudar a censura ao cinema, como “clima de abafamento”, vide “As Imagens proibidas- A censura ao Cinema Português”. *Censura Nunca Mais*, Ana Cabrera, coord. 114

⁹Os Arquivos consultados, em particular o Arquivo do Secretariado Nacional da Informação e da Direcção dos Serviços de Censura depositados na Torre do Tombo e o Arquivo da Presidência do Conselho de Ministros/ Ex-Gabinete dos Meios de Comunicação Social / Pendão, são muitíssimo lacunares e o essencial da documentação remete para década de 50. Deve registar-se, contudo, porque é de inteira justiça, a competência, a dedicação e a disponibilidade quer do Dr. Paulo Tremocoire, Chefe de Divisão de Comunicação e Acesso do Arquivo Nacional Torre do Tombo quer da Dra. Teresa Paiva, Chefe da Divisão de Arquivos da Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros, sem os quais nunca poderíamos ter acedido a muitas das fontes aqui referenciadas.

¹⁰A grafia correcta é “Comissão Especial para a Literatura Infantil e Juvenil” tal como surge nos trabalhos preparatórios das Instruções para a Literatura Infantil da autoria de Edmundo Curvelo, na versão final destas Instruções publicadas em meados de 1950 - *Instruções para a Literatura Infantil* (Lisboa: Tipografia da Empresa Nacional de Publicidade, 1950), e bem assim no despacho de nomeação das personalidades que integraram a primeira Comissão - *Diário do Governo*, II série, n° 282, 15/12/1950. Contudo, certamente por lapso, a grafia que surge no preâmbulo do Decreto Lei n° 38964 de 27 de Outubro de 1952 é a de “Comissão para a Literatura Infantil e Juvenil”.

diante CLEPM) com composição e competências específicas.. Estas Comissões e a aprovação das "Instruções", representam o momento mais significativo e solene daquilo que poderemos apelidar de especialização censória infantojuvenil no Estado Novo

Existem três etapas neste processo. A primeira, em meados de 1950, com a publicação das Instruções para a Literatura Infantil¹¹. A segunda, ainda em 1950, com a criação da Comissão Especial para a Literatura Infantojuvenil (CEPLIJ), na esfera do Secretariado Nacional da Informação e da Presidência do Conselho, com a posse dos seus membros. E finalmente, em 1952, com a formalização legal da referida estrutura, embora com outra designação, a Comissão para a Literatura e Espectáculos para Menores.

A origem, natureza e funcionamento das Comissões especializadas a que aludimos e os seus documentos orientadores, designadamente as "Instruções para a Literatura Infantil" de 1950 e a Circular nº 284 de 1955¹², reflectem, ainda que de formas complementares, os ideários sobre educação e literatura infantojuvenil de três importantes personalidades que nelas exerceram funções: João Serras e Silva¹³ (Presidente da CEPLIJ e da CPLEM até falecer, em 1956), Edmundo Curvelo (membro da CEPLIJ e da CLEPM até falecer em 1954)¹⁴ e Padre Moreira das Neves (que apenas ingressou na CLEPM em 1952)¹⁵.

¹¹ Vide *Instruções para a Literatura Infantil*, que contem princípios e regras quer de forma quer de conteúdo a cumprir pelos editores e directores das publicações infanto-juvenis, competindo às acima citadas CEPLIJ (entre 1950 e 1952) e depois CLEPM (de 1952 a 1974) a verificação do seu acatamento, intervindo quer a título preventivo quer repressivo.

¹² Vide Comissão de Literatura e Espectáculos para Menores, Circular nº 284 de 18 de Outubro de 1955, "Enviada a todos os jornais infantis e juvenis à excepção Titã e Flecha" Casa Comum.org. (disponível em http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_152516 consultado em 18/6/2016)

¹³ João Serras e Silva (1868-1956) médico e pedagogo, formou-se em Medicina pela Universidade de Coimbra, onde se doutorou, e especializou-se em Higiene Social. Foi Director Geral dos Serviços de Saúde Escolar e procurador à Câmara Corporativa, deixando uma vasta obra de natureza educativa e pedagógica. Do ponto de vista político mostrou-se sempre fiel ao regime do Estado Novo. Fidelidade que decorria também da amizade pessoal que manteve com Oliveira Salazar e o Cardeal Cerejeira. Vide Ernesto Castro Leal "Silva, João Serras e "in *Dicionário de educadores portugueses*, António Nóvoa, dir. (Porto: Edições Asa, 2003) 1318; João Serras e Silva, "A Higiene do Corpo e da Alma", *Separata dos "Anais Azevedos"* (vol. II, num. 3., Lisboa: Sociedade industrial Farmacêutica Laboratorios Azevedos., s.d.) 6; João Serras e Silva "Uma conferência no Liceu Normal: Higiene Moral" in *O Doutor Serras e Silva, Subsídios para o estudo da sua vida e da sua obra, Homenagem dum grupo de amigos e colaboradores por motivo da sua jubilação*, (Lisboa, 1939) 132; Carta Prefácio do Doutor Serras e Silva, director geral da Saúde Escolar, in Trindade Salgueiro, *O papel da Vontade na Educação*, 3ª ed. (Coimbra: Tipografia Gráfica de Coimbra, 1936) 9.

¹⁴ Edmundo Curvelo (1913-1954) foi professor liceal e universitário e exerceu funções no Instituto de Orientação Profissional. Destacou-se, entre outros aspectos, como filósofo, tendo realizado o Doutoramento em Filosofia em 1948 na Faculdade de Letras de Lisboa, casa em que, como assistente, deu aulas de 1947 até falecer. São escassos os estudos sobre Curvelo. Apenas em 1998 com a publicação da História do Pensamento Filosófico português coordenada por Pedro Calafate, se pode considerar ter sido dado à estampa o ensaio mais profundo sobre o pensamento do autor. Vide *História do Pensamento Filosófico Português*, Pedro Calafate, dir. vol. V. Tomo II, (Lisboa: Caminho, 2000) 345 e ss.; Manuel Curado e José António Alves, *Um génio Português. Edmundo Curvelo (1913-1954)*, (Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2013); Edmundo Curvelo, *Obras Completas*, Organização de Manuel Curado e José António Alves, (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013); Augusto Franco Oliveira, *Cartas de Edmundo Curvelo a Joaquim de Carvalho (1947-1953) e outros inéditos*, (Lisboa: Cadernos de Filosofia das Ciências CFCUL, 2005) 19; José António Alves, "A correspondência filosófica de Edmundo Curvelo: a relevância da década de 1940 para a renovação da filosofia em Portugal. *Actas das III Jornadas Internacionais dos Jovens Investigadores em Filosofia. Krisis*, 2001, 33 e ss (disponível em http://www.delfimsantos.org/textos/JAAlves_correspondencia_de_Curvelo_2012.pdf, consultado em 18/6/2016) e Norberto Cunha, "A ética como ciência natural em Edmundo Curvelo" *Revista Portuguesa de Filosofia*, (48:2, 1992), 161. A restante.cit. pp. 303- 356 e Augusto Franco Oliveira, op. cit. pp. 69-150m refer

¹⁵ Francisco Moreira das Neves (1906-1992), padre católico, foi chefe de redacção do diário católico "Novidades" (1934-1974) e destacou-se como escritor e dinamizador da Obra do Ardina. Muito ligado ao Cardeal Cerejeira foi

João Serras e Silva, escreveu abundantemente sobre “higiene física e moral” como um dos aspectos nucleares da sua visão da Educação dos jovens. Um dos aspectos mais curiosos da sua concepção prende-se com os efeitos nefastos causados nos jovens portugueses de certas formas de cultura popular oriundas dos E.U.A.. Para além de um modo de vida “libertino” propício ao “vício, à sensualidade e ao escândalo”, Serras e Silva identifica a fonte desse “modo de vida moderno” com as “fitas americanas”. Ora, não parecerá exagerado ver neste pânico das «fitas americanas» e da afirmação de um certo antiamericanismo cultural no pensamento de Serras e Silva, um fio condutor que levará a Censura, ou seja, a CLEPM por ele presidida, a alimentar uma campanha, justamente, contra as “histórias americanas”.

Por seu lado Edmundo Curvelo, filósofo e professor da Faculdade de Letras de Lisboa, torna-se decisivo quanto ao particular “momento censório” que analisamos não tanto pela sua produção teórica sobre educação e literatura infantil, mas pelo facto de ter sido o Autor das “Instruções para a Literatura Infantil”¹⁶

Das muitas páginas que Curvelo escreveu e publicou, quase todas são sobre Filosofia, Psicologia e Lógica. Existe, ao que se sabe, um inédito depositado no seu espólio, sobre “Literatura Infantil”. Trata-se de um pequeno ensaio, literariamente cuidado, em que Curvelo divaga, em tom poético, sobre a Literatura Infantil¹⁷.

São basicamente três os aspectos que Curvelo realça: a) o livro para crianças tem de ser na sua concepção e elaboração de especial cuidado, como um brinquedo que abre a criança para o mundo; b) deve ter um papel moralizador e c) abrir-se ao maravilhoso e ter belas imagens (“sem gravuras é como uma noite sem lua”). Daí que, do seu ponto de vista, a discussão sobre a literatura infantil não seja tema fácil: envolve aspectos primitivos, muito sentimento poético, mas está longe de ser fácil. Apesar disso ou talvez por isso Curvelo entende justificada a definição das regras a que devem obedecer os conteúdos e as formas da literatura infantil periódica e não periódica. E que no cumprimento dessas regras o Estado, através de uma Comissão especializada, esteja preventivamente vigilante. A isto se resume o pensamento do filósofo na matéria.

seu biógrafo e compiladores dos escritos de Coimbra. Desde cedo se dedicou ao apostolado infantil, mas a sua obra é muito diversificada, sobretudo na poesia (infantil, popular, religiosa) mas também no ensaio sobre temas histórico-religiosos. Foi ainda co-fundador da Rádio Renascença e director da União Gráfica, ambas ligadas à Igreja Católica. Vide João Bigotte Chorão, “Francisco Moreira das Neves”, *Enciclopédia Verbo Luso-brasileira de Cultura, Edição Século XX*, vol. 20, (Lisboa/ São Paulo: Editorial Verbo, 2001) 1343.

¹⁶ Este documento foi redigido por Edmundo Curvelo na Primavera de 1950, em estreita articulação com Armando Larcher, Director dos Serviços de Censura. No espólio de Edmundo Curvelo existem vários documentos alusivos aos trabalhos preparatórios do texto. Entre eles destaca-se um projecto de Decreto sobre Literatura Infantil e Juvenil, da sua autoria, e uma versão da Direcção dos Serviços de Censura sobre o mesmo tema remetida pelo seu director Armando Larcher com base no projecto de Curvelo e que sofre ainda alterações manuscritas de Edmundo Curvelo. Espólio Edmundo Curvelo/ Biblioteca Municipal de Abrantes António Boto- *Caixa 12- Pasta C 1203 e Pasta C 1204*. Mas o próprio Edmundo Curvelo confirma a autoria do documento quer na primeira reunião da Comissão para a Literatura Infantil e Juvenil realizada a 16/12/1950 - vide *Espólio Edmundo Curvelo, Caixa 12, Pasta C 1201, Livro de Actas da Comissão Especial para a Literatura Infantil e Juvenil*, quer em Relatório entregue na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, vide Augusto J. Franco de Oliveira, *Cartas de Edmundo Curvelo a Joaquim de Carvalho (1947-1953) e outros inéditos*. Vol. 1, *Cadernos de Filosofia da Ciência*. Lisboa: CFCUL, 2005, p. 174. quer ainda em carta de Edmundo Curvelo ao Director da Faculdade de Letras de 23/5/1953, Reitoria da Universidade de Lisboa, *Processo Individual de Edmundo Carvalho Curvelo*. Idêntica referência surge no Relatório de Vieira de Almeida propondo ao Conselho Escolar da Faculdade de Letras de Lisboa a nomeação de Edmundo Curvelo para professor do quadro. Reitoria da Universidade de Lisboa, *Processo Individual de Edmundo de Carvalho Curvelo..* Agradecemos a José António Alves, ter-nos facultado a indicação da fonte, no Espólio de Edmundo Curvelo, onde a questão da autoria das Instruções para a Literatura Infantil fica esclarecida.

¹⁷ Vide Manuel Curado e José António Alves, *Um génio português*. 123-128

Mas o suficiente para meter ombros à tarefa de redacção daquela que durante anos será a Bíblia dos censores da literatura infantojuvenil.

Já Moreira das Neves só ingressa na CLEPM, na data da sua criação legal ou seja em 1952, razão pela qual não terá tido qualquer influência na elaboração das "Instruções". Contudo será dos censores mais activos nos anos 50, como adiante procuraremos comprovar. Como teórico não deixou nenhum pensamento estruturado sobre literatura infantojuvenil e sobre educação dos jovens, mas escreveu abundante poesia infantil. A sua presença na Comissão é concretizada a título de representante da Igreja Católica, sendo inegável a sua filiação ao ideário político salazarista pelo apego à trilogia "Deus, Pátria e Família" ou como Fernando Rosas sistematiza, as categorias ou "mitos"¹⁸ do salazarismo. Moreira das Neves será sobretudo o teórico da denúncia dos perigos da "invasão norte-americana" traduzida nos "comics" protagonizados pelos heróis com superpoderes ("Superman", "Batman", "Mandrake", "Captain Marvel", "Tarzan" etc.)

Ora, é de relevar o particular contexto histórico em que ocorre a acentuação dos constrangimentos censórios às publicações para menores em Portugal. Nos anos 30, 40 e 50 do século passado a banda desenhada transformou-se num fenómeno de massas junto dos jovens que varreu as principais democracias ocidentais atingindo expressões multitudinárias. O fenómeno foi universal: nos E.U.A. e na Grã Bretanha os "comics" venderam-se aos milhões e em França ou Itália as "bande dessinées" ou os "fumetti" de igual sorte atingiram tiragens de centenas de milhares de exemplares, transformando-se em verdadeiros paradigmas de uma massificada cultura popular. Mas, é justamente perante esta explosão de uma nova e pouco estudada linguagem narrativa, acusada de promover e veicular o terror, a violência e o sexo, que os poderes políticos reagem de forma alarmada impondo restrições e procedimentos censórios mais ou menos ostensivos. Uns de natureza informal, como nos E.U.A., em que as editoras se autocensuraram à luz de um código ético de natureza corporativa, outros através a aprovação de legislação específica para as publicações infantis e juvenis como na França ou na Grã - Bretanha. A campanha de Fredric Wertham nos EUA denunciando a suposta "Sedução dos Inocentes"¹⁹ é apenas a expressão mais emblemática desse momento histórico²⁰.

¹⁸ Vide Fernando Rosas, "O salazarismo e o homem novo: ensaios sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo" *Análise Social*, (vol. XXV, 2001) 1031-1054: Mito Palingenético, Mito da Essência Ontológica do regime, Mito da Novo Ruralidade, Mito da Pobreza Honrada, Mito da Ordem Corporativa, Mito imperial e Mito da Religião Católica.

¹⁹ Título da polémica obra de Frederic Wertham, *The Seduction of the Innocent*, revised edition, [s.l.] Main Road Books, 2004, cuja primeira edição foi dada à estampa em 1954 mas que foi o corolário de uma campanha contra os "comics" iniciada já nos fim dos anos 40.

²⁰ Vide sobre a temática da Censura e Banda Desenhada e em geral sobre o policiamento da Banda Desenhada em vários países (França, Alemanha, EUA, Canadá, Reino Unido, Itália, Espanha, etc), Sylvain Farge. «BD et dictature: Vater und Sohn, soumission à la censure ou révolte discrète ?» *Germanica*, (47, 2010) 37-50; Isabelle Antonutti, «Fumetto et Fascisme: La naissance de la bande dessinée italienne» *Comicalités* (on line) *Graphic culture within space and time*. (disponível em <http://comicalites.revues.org/1306>, consultado em 18/6/2016); Vincent Sanchis, *Franco contra Flash Gordon (la censura franquista aplicada a les publicacions infantis i juvenis)*, (Barcelona: Tres /Quatre, 2009); Vicent Sanchis, *Tebeos Mutilados, La Censura Franquista contra la editorial Bruguera*, (Barcelona: Ediciones B, 2010) Thierry Crépin e Thierry Groensteen, eds. *On tue à chaque page ! La Loi de 1949 sur les publications destinées à la jeunesse*, [s.l.] (Éditions du Temps/ Musée de la Bande Dessinée, 1999); Thierry Crépin, *Haro sur le gangster ! La moralisation de la presse infantine (1934-1954)*, (Paris: CNRS, 2001); Bernard Jouvvert e Yves Frémion, *Images Interdites*, (Paris: Syros, 1999); Jean-Paul Gabilliet, «Le Comics Code: La Bande dessinée américaine sous surveillance» in Thierry Crépin e Thierry Groensteen, eds. *«On tue à chaque page!» La Loi de 1949 sur les publications destinées à la jeunesse*, (Éditions du Temps, Musée de la Bande Dessinée, Paris, 1999) 109; Martin Baker, *A Haunt of Fears, The Strange History of British Horror Comics Campaign*, (University Press of Missisipi, 1984); David Hajdu, *The Ten cent Plague. The great Comic.book Scare and how it Changed America*, (New York: Picador, 2008); William W. Savage, Jr. *Commies, Cowboys and Jungle Queens, Comic Books and America, 1945-1954* (Wesleyan University Press, 1990).

Não será pois por mero acaso que também em Portugal, justamente na década de 50, o regime político toma consciência do impacto das publicações periódicas que contêm bandas desenhadas junto dos jovens portugueses e procura responder a essa “ameaça”.

A verdade é que no início dos anos 50 o “americanismo “do “Mundo de Aventuras”, que expressamente se apresentou junto dos jovens portugueses da seguinte forma: “11 histórias em quadrados pelos melhores desenhadores americanos e que são apresentadas ao mesmo tempo que nas revistas americanas e inglesas do género ! Um empreendimento como nunca se fez em Portugal”²¹ terá causado, entre os responsáveis do Estado Novo significativo alarme”²².

Isto sem embargo do Estado Novo não ignorar o papel relevante da banda desenhada na missão doutrinadora dos jovens como o comprovam as publicações juvenis da Mocidade Portuguesa, quer masculina quer feminina, que desde cedo surgiram, como o “Camarada” e a “Lusitas”/“Fagulha”. Acresce que também por essa época se viverá entre nós a “idade de ouro” da banda desenhada²³, como paradigma da cultura popular, com as publicações a atingirem vendas de 60.000 exemplares semanais, como foi o caso, nos anos 30 e 40, de “O Mosquito”²⁴ e, já nos anos 50, a bipolarização entre “Mundo de Aventuras” e do “Cavaleiro Andante”, a traduzir-se em “tiragens que oscilavam entre os 25.000 e os 50.000 exemplares semanais”²⁵ A coincidência temporal permite especular quanto à recepção pelo Estado Novo de alguns ecos do assinalado debate internacional, sendo certo que a natureza ditatorial do regime acrescenta à lógica censória das publicações juvenis uma dimensão específica por comparação com as “democracias ocidentais”.

Em meados dos anos 50 a temática ganhou relevo a ponto de ter sido elaborado no âmbito dos Serviços de Censura, na altura dirigidos pelo Coronel António Larcher, as já referenciadas “Instruções para a Literatura Infantil”²⁶. Alguns meses depois nasceria a primeira Comissão da Literatura Infantil, designada por Comissão Especial para a Literatura Infantil e Juvenil a que já fizemos referência.

As Instruções são claras ao determinarem que “serão banidos dos livros e jornais as histórias cheias de personagens macabros, onde se ensinam processo de matar e ludibriar a polícia “e ao solicitarem a colaboração dos responsáveis das publicações porque o “fruto de instruções desta natureza resulta mais de colaboração do que de imposição”, para “em vez de cegamente preferirem colaboração estranha aproveitem os escritores e artistas portugueses”²⁷

A primeira comissão instaladora da Comissão para a Literatura Infantil tomou a posse a 15 de Dezembro de 1950 e era formada por João Serras e Silva, como Presidente, Edmundo Curvelo e Américo Cortez Pinto como Vice Presidentes, Noémia Cruz, Antonino Pestana, Luís Moita, Adolfo

²¹ Vide *Mundo de Aventuras*, (nº 6 de 22/9/1949) 2.

²² Sobre a questão da “americanização da imprensa infantil” em França, mas com um referências a outros países, ver Thierry Crépin, *Haro Sur le Gangster*, 25-70. O autor dá nota do seguinte, referindo-se à realidade dos anos 30, 40 e 50: “As bandas desenhadas americanas encontram-se no coração do processo de desmoralização da juventude. Elas provêm de um universo que não estabelece a diferença entre a banda desenhada dita para crianças e a banda desenhada dita para adultos, já que nos Estados Unidos todos os géneros são publicados e oferecidos a todos os públicos(...) “idem, p.14

²³ Vide António Dias de Deus, *Os Comics em Portugal*, 170.

²⁴ Vide Manuel Caldas, org., *De como nasceu e viveu O Mosquito*, (Porto: Edições Emecê, 1993) 33.

²⁵ Vide António Dias de Deus, *Os comics em Portugal*, 215. Quanto ao “Cavaleiro Andante” as tiragens chegaram aos 40.000 exemplares, vide Álvaro Costa de Matos, “Adolfo Simões Muller, Jornalista” *Jornalismo e Jornalistas*, nº 40, Out/ Dez 2009 p. 58.

²⁶ Vide Direcção dos Serviços de Censura, *Instruções para a Literatura Infantil*[...]

²⁷ Vide *ibidem*, p. 3.

Simões Muller e José de Oliveira Cosme, como Vogais. Estes dois últimos, eram à época, directores respectivamente do "Cavaleiro Andante" e do "Mundo de Aventuras"²⁸.

As personalidades a integrar a referida Comissão constam de proposta formal subscrita por Armando Larcher dirigida ao Ministro da Presidência Costa Leite (Lumbrales)²⁹. Contudo, os nomes de Américo Cortez Pinto e Adolfo Simões Muller são directamente nomeados pelo próprio Ministro e não constavam da proposta de Armando Larcher³⁰.

Deve realçar-se a presença na referida CEPLIJ dos directores dos dois maiores semanários juvenis da época, "Mundo de Aventuras" e "Cavaleiro Andante". Aliás, existem evidências da colaboração de um deles³¹, José de Oliveira Cosme no diploma que criou a futura CLEPM herdeira, em 1952, da CEPLIJ.

O propósito é claro: associar à estrutura de policiamento das publicações infanto-juvenis os responsáveis das principais publicações a circular em Portugal na época. Por outras palavras, estimular a "autocensura" como meio mais eficaz para atingir os propósitos declinados nas "Instruções"³².

Dos restantes membros desta primeira Comissão, deve registar-se a presença de dois professores liceais, Noémia Cruz e Eduardo Antonino Pestana, do Deputado à Assembleia Nacional e Advogado, Américo Cortez Pinto e de um especialista em artes gráficas, Luís Moita.

3. A Comissão da Literatura e Espectáculos para Menores (1952)

A experiência da Comissão Especial para a Literatura Infantil e Juvenil terá aconselhado a transição para uma estrutura de constituição e funcionamento formal. Recorde-se que a CEPLIJ não tinha enquadramento legal claro. As Instruções para a Literatura Infantil, que a previam, qualquer que seja a sua natureza jurídica, não se revestiam de forma legal ou sequer regulamentar à luz da hierarquia e da teoria dos actos normativos da Constituição de 1933. Tais dúvidas ficaram afastadas com a publicação do Decreto Lei nº 38964 de 27 de Outubro de 1952. Este diploma visava responder ao problema da regulamentação da assistência a espectáculos públicos de menores. A emergência do cinema como manifestação cada vez mais popular obrigava a reformular o acesso aos espectáculos em função da idade e a redefinir as funções da já existente Comissão de Censura aos Espectáculos. Paralelamente dava-se existência legal à Comissão de Literatura e Espectáculos para Menores, reivindicando-se expressamente no preâmbulo do diploma legal "a continuação

²⁸ Vide António Dias de Deus, *Comics em Portugal*, 234.

²⁹ Vide Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros / Arquivo do ex-Gabinete para os Meios de Comunicação Social. PT/SGPCM/ GMCS, Carta de Armando Larcher ao Ministro da Presidência de 3/19/1950 com a proposta de nomeação de João Serras e Silva, para Presidente da CEPLIJ, Edmundo Curvelo para Vice-Presidente, Noémia Cruz, Eduardo Antonino Pestana, José de Oliveira Cosme e Luís Moita, como Vogais

³⁰ Vide Despacho manuscrito de Costa Leite no ofício referido na nota anterior e carta do Secretário do Gabinete do Ministro da Presidência ao Director dos Serviços de Censura de 13/11/1950. Vide Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros / Arquivo do ex-Gabinete para os Meios de Comunicação Social Arquivo PT/SGPCM/GMCS.

³¹ Uma carta da Agência Portuguesa de Revistas de 11/8/56 dirigida à Direcção dos Serviços de Censura em que se elencam dados biográficos de José de Oliveira Cosme, para efeito da sua nomeação como Director do "Condor Popular" escreve-se o seguinte: "Redactor, por honroso convite do Sr. Presidente dos Serviços de Censura do Decreto sobre a Literatura Infantil e Juvenil actualmente em vigor sem exigência de qualquer remuneração" vide Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT.) *Arquivo da Secretariado Nacional de Informação / Censura*. Cx. 562. "Condor Popular". A referência não pode deixar de reportar-se ao Decreto-Lei nº 38964 de 27 de Outubro de 1952 que estabeleceu o regime jurídico da assistência a espectáculos públicos por menores e definiu a composição e competências da CLEPM.

³² Estratégia que seria também adoptada em muitos outros países onde a censura às publicações infanto-juvenis se institucionalizou na década de 50. Veja-se o caso de França com a acção da "Commission de controle et de surveillance des publications destinées à la Jeunesse" prevista na Lei de 16/7/1949. Vide Thierry Crépin, "Haro" sur le Ganster, 434

e desenvolvimento da experiência feita pela Comissão de Literatura Infantil e Juvenil, que tem funcionado junto dos serviços de censura à Imprensa...”

O diploma previa a composição da Comissão, integrada no Secretariado Nacional de Informação e a funcionar junto da Direcção da Censura à Imprensa, e fixava as suas competências.

O primeiro presidente (e o único até 1956) será aliás o mesmo Serras e Silva que vimos ter presidido à CEPLIJ. Algumas das personalidades que compunham a CEPLIJ transitaram para a nova CLEPM, registando-se, contudo até 1956, a relevante incorporação como representante da Igreja Católica, do Padre Moreira das Neves, como vimos antes.

Uma das primeiras iniciativas da CLEPM foi elaborar e enviar a todas as publicações juvenis uma circular contendo instruções³³ sobre as histórias de ficção importadas, visando essencialmente acautelar o apreço pelas “pessoas e pela Pátria portuguesa” e evitar “estabelecer confusões ou erros de cultura ou provocar quaisquer perturbações da sensibilidade moral da criança”. Enquanto que as instruções de 1950, visaram sobretudo as “cenas de violência, excessiva, de terror ou de um modo geral sangrentas” e bem assim assumir numa lógica proteccionista por forma a que a produção nacional dos conteúdos, textos ou ilustrações, tenham que representar 75% do total das publicações, agora o que se pretende é “nacionalizar as histórias em quadrinhos”. Assim as personagens estrangeiras, que “se impõe à admiração da criança pela sua inteligência, espírito de iniciativa, de arrojo e de aventura e pelo exemplo de uma boa conduta moral” devem ter nomes portugueses.

4. O funcionamento da censura em relação às publicações periódicas infanto-juvenis através de alguns exemplos

Entre 1950 e 1956, baliza temporal do nosso estudo, editaram-se em Portugal Continental várias revistas infanto-juvenis. A imprensa infantojuvenil, desde cedo privilegiou as histórias em “banda desenhada” e o mercado português cedo conviveu com o que de mais inovador se produzia no estrangeiro (o caso mais paradigmático, serão as aventuras de TinTin que em Portugal viram a sua primeiríssima incursão nos anos 30). Assim, são de destacar nesse período as revistas “Mundo de Aventuras” e “Cavaleiro Andante”. Paralelamente “O Mosquito” e o seu concorrente “Diabrete”, vivem os seus últimos anos, terminando o primeiro em 1953 e o segundo em 1951 enquanto alguns projectos editoriais tentaram fugazmente consolidar-se, mas sem sucesso, com serão os casos da “Titã”, da “Flecha, da “Valente” e da “O Pimpão”. Por seu lado as publicações juvenis expressamente ligadas ao regime (Mocidade Portuguesa), cujo exemplo mais notável é a revista “Camarada”, vivem tempos conturbados. A primeira série da revista “Camarada” saiu a 1 de Dezembro de 1947 dirigida por Baltazar Rebello de Sousa tendo como chefe de redacção António Manuel Couto Viana e Director Artístico Júlio Gil, mas acabou prematuramente no início de 1951³⁴.

A verificação prática do labor das novas orientações da Censura em sede de publicações juvenis está, no caso vertente, em boa parte condicionada às fontes disponíveis. Uma delas, embora

³³ Vide Comissão de Literatura e Espectáculos para Menores, *Circular* n° 284 de 18 de Outubro de 1955.

³⁴ Ver a esse propósito a reflexão de António Martinó Azevedo Coutinho que relaciona o artigo de António Manuel Couto Viana, poeta e na altura Director do “Camarada”, intitulado “Da Literatura Infantil, Publicações Periódicas Camarada” in *Boletim da Mocidade Portuguesa*, n° 2 (Fevereiro de 1950), p. 39 e n°s 3 e 4 (Março-Abril de 1950) p. 38, com as “Instruções” que serão publicadas no fim desse ano, assinalando a “evidente coincidência entre os pontos de vista expostos nos dois documentos”. (<https://largodoscorreios.wordpress.com/2015/01/31/camaradagens-06/>. consultad a 18/6/2016). Vide também Carlos Pessoa, *Roteiro Breve da Banda Desenhada em Portugal. Da Picaresca Viagem à pior banda do mundo*, (Lisboa: CTT Correios de Portugal SA, 2005). 45. Importa salientar que o “Camarada”, sobretudo na 1ª série, deu largo espaço à banda desenhada de autoria exclusivamente portuguesa. O mesmo fazendo a sua congénere feminina “Lusitas/ Fagulha”. Boa parte da geração de ouro da BD portuguesa- José Ruy, José Garçês, Vítor Péon, Eduardo Teixeira Coelho, Carlos Alberto, etc. - lá colaborou, especializando-se na narrativa e desenho sobre temas históricos. Vide Jorge Magalhães in *Cadernos de Banda Desenhada*, (n° 3, Maio de 1987).

não a única, decorre das expressas intervenções censórias. A outra do registo auto-censório que os responsáveis das publicações entenderam produzir. Uns e outros dão nos um retrato parcelar. Apesar disso ensaiamos uma aproximação a algumas publicações: “Mundo de Aventuras”, “Cavaleiro Andante”, “Diabrete”, “Titã”, “Flecha” e “Valente” por serem, todas elas, largamente dominantes, em especial as duas primeiras, no mercado editorial português no período considerado.

A este tipo de intervenção quanto às publicações portuguesas, acresce uma outra tão ou mais relevante e que se traduziu na restrição sistemática às publicações infanto-juvenis de origem estrangeira (americanas, inglesas, francesas, brasileiras ou mexicanas), proibindo a sua circulação. Parte significativa destas proibições, concretizadas pela CLEPM, atingiram as publicações que publicavam, em versão original inglesa ou em traduções “brasileiras”, espanholas ou francesas, aventuras com super-heróis (Super-Homem, Batman, Capitão Marvel, etc.) ou mesmo personagens do universo Walt Disney³⁵. A esse ponto regressaremos em nota conclusiva.

4.1. “Mundo de Aventuras” (1949-1959)

O “Mundo de Aventuras” e as restantes publicações de natureza juvenil que surgiram na sua órbita (“Colecção Audácia”, “Colecção Condor”, “Guerra”, “Espaço”, “Policial”, etc) são inseparáveis da empresa que as concebeu e editou a “Agência Portuguesa de Revistas”. Fundada em 1948 por Mário de Aguiar e António Joaquim Dias que formaram a sociedade Aguiar & Dias Lda, cedo se transformou num império editorial de grandes dimensões. Nos anos 60 do sec. XX quando a Agência vive o seu apogeu editava cerca de 50 títulos diferentes cuja tiragem total alcançava um milhão de exemplares mensais³⁶.

A revista começou por se apresentar em formato de jornal tablóide assim permanecendo até perto de concluir o seu primeiro ano de vida. A partir do nº 45 em risco de fechar as portas dado o insucesso de vendas, Augusto Dias convida Roussado Pinto³⁷ - um jovem já com experiência de

³⁵ Vide Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros / Arquivo do ex-Gabinete para os Meios de Comunicação Social. PT/SGPCM/GACS. *Pasta Revistas Infantis (n.ºs proibidos) processos 171-200*. A verdade é que quando a Agência Portuguesa de Revistas “como representante para a Península Ibérica de “Walt Disney Productions” “e dado que lhes teria sido “oferecida a exclusiva representação para Portugal da reprodução dos desenhos infantis, mundialmente popularizados destinados a uma publicação semanal” tratou de obter a “aquisição” dos serviços de Censura para tal efeito recebeu como resposta “que o parecer da Ex.ma Comissão para a Literatura infantil e Juvenil acerca das revistas infantis de Walt Disney, foi desfavorável à distribuição das referidas revistas, principalmente por considerar os desenhos de animais de Walt Disney prejudiciais à formação intelectual e afectiva da criança, parecer com o qual o Ex.mo Director destes Serviços concorda” vide Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT) *Arquivo do Secretariado Nacional de Informação /Censura Cx. 518* (Processo nº 12). Carta da Agência Portuguesa de Revista ao Director dos Serviços de Censura de 15 de Outubro de 1952 e resposta deste de 21 de Outubro de 1952. Na carta da Agência Portuguesa de Revistas consta um despacho manuscrito na vertical que se presume do Director dos Serviços de Censura: “Comunique-se o parecer da Comissão E. para a Lit. In. e que em tempo comunicado á Helena (...)” Assinatura ilegível. Contudo alguns anos depois, a resistência censória terá sido vencida dado que a revista “Rato Mickey” ainda que por escassos 4 meses foi publicada pela Agência Portuguesa de Revistas, sob direcção de José de Oliveira Cosme, Vide A.J. Ferreira, *O Jornal Infantil Português Ilustrado*, (nº 10, 1955- 1961 (policopiado), [s.l][s.d.]) 9.

³⁶ O mais completo e documentado ensaio sobre a Agência Portuguesa de Revistas é de João Manuel Mimoso intitulado a “Agência Portuguesa de Revistas (disponível em <http://www.historia.com.pt/APR/APRindex.htm>. consultado em 15/1/2015) Ver também Jorge Magalhães “O Império Editorial da Agência Portuguesa de Revistas” in *História da BD publicada em Portugal*, 1ª parte [...] pp.30-43.

³⁷ José Augusto Roussado Pinto (1922-1985) esteve presente, ora como Director, ora como chefe de redacção, ora como simples colaborador e tantas vezes a coberto de uma miríade de pseudónimos, em praticamente todas as publicações juvenis (e de banda desenhada) publicadas em Portugal após o fim da II Guerra Mundial e até aos anos 80 (ver infra “Mundo de Aventuras”, “Titã”, “Flecha” e “Valente”). Mas foi também jornalista no efêmero “Diário Ilustrado”, escritor de centenas de obras de ficção policial (muitas com o seu pseudónimo mais conhecido: Ross Pynn) e terminou os seus

jornais infantis³⁸ para colaborar na Agência e será este que revolucionará a publicação: “a partir do nº 45 transformara-a do formato gigante para um formato cómodo, tirara-a da rotativa e passara-a a “offset”³⁹.

Um dos principais aspectos da nova publicação foi a divulgação em grande escala da banda desenhada norte-americana, que até então havia tido uma muito tímida presença nas publicações juvenis. Outro dos aspectos e de não pouca relevância, como vamos ver, foi o de se assumir como uma verdadeira revista de “banda desenhada” com um conteúdo quase exclusivamente preenchido com “comics”. Mas o aspecto mais inovador e é por isso que é “sobretudo lembrado como o jornal que publicou no nosso país por vezes sem o cuidado devido mas de um modo duradouro e sistemático os chamados “newspapers comics”, isto é as bandas desenhadas oriundas dos jornais norte-americanos sobretudo ligados ao King Features Syndicate”⁴⁰. As “histórias em quadrados” que aparecem nos números inaugurais da revista são nas suas designações originais: “Steve Canyon” de Milton Cannif, “Rip Kirby “por Alex Raymond, “Rick Bradford” por William Ritt e Clarence Gray, “Barney Baxter” por Frank Miller, “Dick’s Adventures in Dreamland” por Neil O’Keeffe e Max Trelle, “Alley Oop” por V.T Hamlin, “Captain Easy “por Leslie Turner, “Johnny Hazard” por Frank Robbins e Flash Gordon por MacRaboy. Outros heróis se seguirão nos anos subsequentes.

Ainda que de forma pontual os desenhadores portugueses também contribuíram com várias histórias e heróis, sendo de destacar a colaboração desde logo no número inaugural de Carlos Alberto (com o pseudónimo de Augusto Barbosa) e sobretudo, mais tarde, de Vítor Péon, entre outros. Todos eles desenvolveram particular apego pelas aventuras de contornos históricos. Na verdade o convite à produção nacional contido nas orientações censórias direccionava-se muito particularmente para “exaltação das figuras dos grandes portugueses”. Não admira pois que esse tenha sido o terreno de eleição daquilo que se pode considerar o embrião de uma escola de BD

dias à frente desse “insólito, impossível, fantástico, espantoso” “Jornal do Incrível”. vide Leonardo de Sá e António Dias de Deus,” Roussado Pinto “*Dicionário de Autores de Banda Desenhada e Cartoon em Portugal*, (Costa da Caparica: Cadernos do Centro Nacional de Banda Desenhada e Imagem, Nonarte, Edições Época de Ouro, 1999) 114

³⁸ Terá sido dos mais novos directores da imprensa juvenil entre nós, estreando-se em 1945: “Tinha 18 anos, fazia o “Pluto” e naquela segunda feira quando fui à Direcção dos Serviços de Censura buscar as provas do jornal e saber se havia algum corte a fazer...” “Notas de 30 Anos de Banda Desenhada” *Jornal do Cuto*, (17 de Setembro de 1975, Ano 3, nº 111). Fascinado pelas “histórias em quadrados” e sobretudo pelo “Mosquito” terá decidido aventurar-se na publicação de um semanário juvenil: “De facto o “Pluto” tinha sido feito dentro da linha do Mosquito, embora sem sofisma. Os meus 18 anos e toda a ternura que sentia por ele levava-me a fazer quase o Mosquito apenas com a preocupação de que o material a utilizar fosse português” “Notas de 30 Anos de Banda Desenhada” *cit. p. 34*.

³⁹ Vide José Augusto Roussado Pinto, “Notas de 30 anos de Banda Desenhada”, *Jornal do Cuto*, (Ano 3 nº124 de 17/12/1975) 34. Roussado Pinto segundo o próprio relata terá sido o principal responsável pelas decisões editoriais, pelo menos até 1954, sendo certo que formalmente foi “redactor principal” entre o nº 124 e o 270. Contudo o Director da revista durante esse período foi José de Oliveira Cosme. Vide Roussado Pinto “O “Mundo de Aventuras” e as suas quatro fases” *Jornal do Cuto*, (Ano 2, nº 72, 18/11/1972), 22.

⁴⁰ Vide Carlos Bandeira Pinheiro, *Mundo de Aventuras: Bibliografia Ilustrada das Bandas Desenhadas de Autores Portugueses(1949-1987)*, (Lisboa, Estudos de Aventura Gráfica 1, 1999) 5. Recorda Roussado Pinto: “(O Mundo de Aventuras) foi iniciado segundo uma ideia de Júlio Dias da Silva (...) o qual sendo grande apaixonado pela Banda Desenhada propôs ao Mário de Aguiar seu grande amigo e Joaquim Dias (...) o lançamento de tal tipo de publicação. Mário de Aguiar e Joaquim Dias haviam formado recentemente a Agência Portuguesa de Revistas para a distribuição da revista “Mãos de Fada” que era propriedade do primeiro. Júlio Dias da Silva sem experiência começou o jornal com as histórias tal como as recebeu da América, isto é, iniciando-as, na sua maioria a meio do episódio em curso. Desta maneira o Mundo de Aventuras deve ter sido o único jornal no mundo cujo nº 1 incluía histórias já começadas...” vide “O “Mundo de Aventuras” e as suas quatro fases” *Jornal do Cuto*, (Ano 2, nº 72., 18/11/1972) 22.

portuguesa⁴¹, nascida ainda nos anos 40 no "Mosquito" e no "Diabrete" e continuada nos anos 50 quer no "Mundo de Aventuras" e no "Cavaleiro Andante", quer no "Camarada", publicação da Mocidade Portuguesa. Os nomes mais significativos dessa geração, que se manteve activa várias décadas depois até aos dias de hoje são, entre outros: Eduardo Teixeira Coelho, José Garcez, José Ruy, Fernando Bento, Vitor Péon e Carlos Alberto⁴².

A revista que nasceu para o público infantil passou a ostentar a partir do nº 45 a indicação "semanário juvenil para maiores de 17 anos". Ainda que a justificação formal junto dos serviços da Censura fosse que com mudança do novo director que deixou de ser Mário de Aguiar - um dos sócios da sociedade que titulava a Agência Portuguesa de Revistas como vimos- e passasse a ser José de Oliveira Cosme e este se propusesse "imprimir ao semanário uma orientação tendente a interessar o público adulto"⁴³ a verdade é que com essa alteração talvez se pretendesse subtrair a revista do olhar mais crítico dos censores que tolerariam melhor a rudeza, agressividade ou a violência das aventuras desenhadas quando dirigidas aos jovens adultos do que às crianças ou adolescentes.

A verdade é que a publicação continuou sujeita ao crivo censório passando com criação da CLEPM ser tutelada por esta. E acabou no nº 109 em fins de 1954 por regressar ao qualificativo de "semanário juvenil"

Vejam os alguns casos identificados de intervenção censória.

A 3 de Maio de 1956 os serviços da Censura remetem à firma Aguiar & Dias um ofício no qual se lê o seguinte:

"Encarrega-me o Ex.mo Director de comunicar a V.Exa que em conformidade com a proposta da Comissão de Literatura e Espectáculos para Menores, respeitante à publicação "Mundo de Aventuras" essa empresa deverá submeter à apreciação daquela Comissão no prazo de 5 dias, os textos completos das seguintes histórias: "Luís Ciclone" "Capitão Relâmpago" "Trovão e os Piratas" "Ruben Quirino" "Mandraque" "Capitão Fiuza" e "João Tempestade"⁴⁴

Importa situar esta intervenção. Por um lado nem todos os "heróis" são visados pela preocupação censória: ficam de fora "Gil do Oeste" "Cavaleiro Ruivo" e "Corisco o Vaqueiro".

Por outro, os referidos personagens- as "histórias" na expressão da CLEPM- haviam começado um novo ciclo um mês antes, mais exactamente no nº 347 do "Mundo de Aventuras" de 5 de Abril de 1956. Tal constituía um procedimento comum na imprensa juvenil da época, divulgado sempre com antecedência e particular destaque: a renovação das aventuras que em grupos de 4 ou 5 terminavam no mesmo número para que no seguinte se refrescasse a revista com novas histórias dos mesmos ou outros "heróis".

Mas existe um pormenor que coincide com este episódio e que merece ser registado a benefício de futuro inventário. O apontuguesamento do nome das personagens, como decorria das instruções censórias- ainda que nem sempre tenha sido cumprido à risca⁴⁵- sofreu, ainda que

⁴¹ Ou "escola portuguesa de BD realista" assim lhe chama António Dias de Deus, *Os Comics em Portugal*. 192-201. Vide também João Paulo Paiva Boléo e Carlos Bandeiras Pinheiro, *Das Conferências do Casino à Filosofia de Ponta. Percorso Histórico da Banda Desenhada Portuguesa* (Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, Bedeteca de Lisboa, 2000) 138-151

⁴² Vide para um perfil de cada um destes autores Leonardo de Sá e António Dias de Deus, *Dicionário dos Autores de Banda Desenhada e Cartoon em Portugal* (Costa da Caparica: Edições Época de Ouro, 1999).

⁴³ Vide *Arquivo Nacional da Torre do Tombo* (ANTT) *Arquivo do Secretariado Nacional de Informação/ Censura*. Cx. 742, Requerimento da Firma Aguiar & Dias Lda, dirigido ao Director dos Serviços de Censura, 22/12/1949.

⁴⁴ Vide *Arquivo Nacional da Torre do Tombo*(ANTT) *Arquivo do Secretariado Nacional de Informação/ Censura* Cx. 742, Ofício da Direcção dos Serviços de Censura a Aguiar & Dias Ltd^a de 3 de Maio de 1956.

⁴⁵ Tudo indica que o apontuguesamento dos nomes das personagens estrangeiras, como resultava da circular nº 284 de 18 de Outubro de 1955 da CLEPM, tenha tido antecedentes. Ou seja, não é de excluir que essa fosse já, desde o início

fugazmente, uma estranha reconfiguração: no nº 349 de 19 de Abril de 1956 os cabeçalhos com as designações dos “heróis” fizeram-se acompanhar (em letras muito reduzidas) do nome original⁴⁶. A modificação mantêm-se com alguma irregularidade acabando por desaparecer 3 meses depois⁴⁷.

Em Maio de 1956 a publicação afirmava-se -se junto dos jovens portugueses justamente pela popularidade que esses heróis e as suas aventuras granjeavam junto deles. Embora Roussado Pinto nesta data já tivesse saído da revista para lançar outros projectos, o certo é que ela, sempre com a formal direcção de José de Oliveira Cosme, se manteve fiel à mesma linha editorial assente em importações de grandes doses de “histórias” do outro lado do Atlântico.

Em resposta ao supracitado ofício o sócio Mário de Aguiar escreveu ao Director da Censura. Vale a pena reproduzir o texto na íntegra pelo que revela da natureza das relações da imprensa juvenil, e em concreto o “Mundo de Aventuras”, com a estrutura da Censura no período em análise:

“Respondendo ao ofício de V.Exa nº 546 de 3 do corrente cumpre-nos informar que o sócio desta firma o sr. Mário de Aguiar já teve ensejo de se avistar com a Comissão de Literatura e Espectáculos para Menores a quem explicou verbalmente as razões que ora ratificamos por escrito e que levaram a solicitar a dispensa de apreciação dos textos completos das histórias em questão. Está o “Mundo de Aventuras” a publicá-los à medida que os seus episódios lhe são enviados dos paizes de origem, onde a sua apresentação se faz simultaneamente. Esta preocupação de actualidade não seria para considerar se não se encontrassem à venda no mercado numerosas revistas brasileiras- muitas em péssimo estado de higiene mormente nos alfarrabistas das ruas que inserem geralmente as mesmas histórias. Só andando a par com a sua publicação na origem nos é possível apresentá-las em primeira mão com o inerente interesse por parte dos seus leitores. Se é certo que por este processo não podemos prever o conteúdo das histórias completas não é menos certo que temos o maior escrúpulo em adaptá-las episódio por episódio ao espírito do Decreto em vigor sobre Literatura Infantil e Juvenil precisamente elaborado pelo Director do “Mundo de Aventuras” por honroso convite do Exmo Director dos Serviços de Censura. Assim podemos garantir absolutamente a obediência ao referido decreto o que não significa que nos furtemos às indicações e reparos da Ex.ma Comissão da Literatura e Espectáculos para Menores, que serão imediatamente tomadas em consideração, porquanto só nos move o desejo de honestamente ganhar a vida dentro das normas da Lei⁷⁴⁸”

Este documento valida a ideia de que as séries publicadas o eram ao mesmo tempo que nos EUA, e por aí se entende a particularidade de entre nós se iniciarem a meio da aventura e, sobretudo, diz muito sobre a particular triangulação entre a Agência Portuguesa de Revistas, o Director do semanário José de Oliveira Cosme e a CLEPM.

Em despacho manuscrito aposto na citada carta da Agência Portuguesa de Revistas e que depois se pode ler dactilografado, Álvaro Saraiva, um dos membros da CLEPM, notifica do seguinte :

dos anos 50, uma recomendação da CEPLIJ ainda que nunca formalizada. Isso explica o aporuguesamento de “Big Ben Bolt” para Luís Euripo, por exemplo, em aventuras publicada no “Mundo de Aventuras” no início dos anos 50.

⁴⁶“Gil do Oeste”(nome original: Gêne Autry”, Ruben Quirino (nome original: Rib Kirby), “Mandrake (nome original: Mandrake); “Corisco, O Vaqueiro” (nome original: Hopalong Cassidy), “Capitão Relâmpago” (nome original: Flash Gordon); “Cavaleiro Ruivo”(nome original: Red Ryder), “Cisco o Mexicano” (nome original: Cisco Kid), “Luís Ciclone” (Nome original: Luís Ciclón); “Capitão Fiúza”(Nome original: Nick Halliday), “Trovão e os Piratas” (Nome original: Terry); “João Tempestade “(Nome original: Johnny Hazard).

⁴⁷É claro que a alteração- um pouco caricata reconheça-se- revelaria, para um público minimamente atento, a existência uma determinada orientação censória que havia sido seguida durante largo tempo e que agora se exhibia sem subterfúgio. E nesse sentido preciso, admitindo que a novidade tenha sido determinada ou permitida pela CLEPM- e disso não existe a menor prova- constituiria uma excepção à consabida política censória de fazer de si própria assunto tabu «suprimindo as alusões mesmo anódinas da sua actuação» vide José Barreto «Censura» *Dicionário da História de Portugal, Suplemento*, vol. VII [...] p. 276.

⁴⁸Vide Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT) *Arquivo do Secretariado Nacional de Informação/ Censura*. Cx. 742, Carta da Agência Portuguesa de Revistas ao Director dos Serviços de Censura datada de 8 de Maio de 1956.

“Admite-se a impossibilidade da empresa apresentar o texto integral das histórias em publicação. Como porém foi aqui dito pelo sócio da mesma Sr. Mário de Aguiar que tem sempre original para três ou quatro números a publicar convirá que os seja apresentado o texto desse original para a próxima sessão.

Deverá também a empresa indicar a data em que deve terminar a publicação das histórias que mereceram as reservas da Comissão não devendo publicar outras histórias de teor semelhante sem o prévio parecer da mesma Comissão”⁴⁹.

A 22 de Maio de 1956 a Agência Portuguesa de Revistas desta vez em carta assinada pelo Director do “Mundo de Aventuras” José de Oliveira Cosme remete à CLEPM “dois episódios de cada uma das histórias” solicitadas e produz considerações que reproduzimos :

“Entendido que, uma vez terminadas estas histórias não serão publicadas outras de teor semelhante sem prévio parecer de V.Exas. Cumpre-me comunicar a propósito que já estou a diligenciar que a sua substituição se faça por outras de carácter diferente ainda que de interesse e acção: assim mesmo enviarei oportunamente essas novas histórias à apreciação de V.Exas antes de começar a publicação. Como V.Exas poderão verificar pelos episódios juntos não só os desenhos como as legendas sofrem profundas alterações impostas por mim, chegando muitas vezes a verificar-se cortes completos de molde a que sejam salvaguardados os possíveis inconvenientes de ordem moral e educativa.

Um favor me atrevo a solicitar a V.Exas:

Dado que estou a procurar por todas as formas substituir as histórias presentes por outras mais em harmonia com os desejos da Comissão- sujeitando-se a empresa editora a graves prejuízos pois muito material já encomendado e pago antecipadamente será inutilizado - muito agradeço se possível que os cortes e as alterações agora a executar - se os houver- não constituam óbices de monta a embargar a publicação normal da revista. Muito grato me declaro desde já.

E ocorre sugerir: Porque não exige essa Comissão, dos nossos fornecedores de histórias a obrigatoriedade de lhe submeter todo o material a apreciação antes de nos ser oferecido ? Assim já não duvidaríamos em presença de um carimbo “aprovado” - da aceitação que teriam as histórias por parte de V.Exas e evitar-se-iam prejuízos de tempo e dinheiro, quase sempre muito apreciáveis.

São nossos fornecedores habituais e mais importantes :

Fernando Maia Henrique

Rua da Trindade, 15 - 2º Esq Lisboa

Julio Dias da Silva

Rua da Assunção, 7- 4º Lisboa

Resta-me acrescentar que continuarei a usar de toda a minha boa-vontade no sentido de agir de harmonia com os desejos dessa Comissão, rogando o obséquio de me transmitirem sempre todas as indicações oportunas e necessárias para tal efeito”⁵⁰.

Não sabemos se as sugestões contidas nesta carta foram seguidas, mas o que sabemos, porque está documentado, é que o censor encarregue pela CLEPM da tarefa de apreciar as “histórias”, que assina J. Gomes Branco avaliou os episódios dos nºs 361 e 362 relativos às aventuras de “Ruben Quirino”” Luis Ciclone”” João Tempestade” e “Trovão e os Piratas”- dos restantes também solicitados não há rasto arquivístico- com a expressão comum a todos eles “Tolerável”⁵¹. Com isso ter-se-ão

⁴⁹ Vide Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT) *Arquivo do Secretariado Nacional de Informação/ Censura Cx. 742* Manuscrito na carta citada na nota anterior assinado por Álvaro Saraiva e com data de 15/5/1956 e transcrição do mesmo em folha anexa.

⁵⁰ Vide Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT) *Arquivo do Secretariado Nacional de Informação/ Censura Cx. 742* Carta da Agência Portuguesa de Revistas assinada por José de Oliveira e Cosme, dirigida à Comissão da Literatura e Espectáculos para Menores datada de 22 de Maio de 1956.

⁵¹ Vide Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT) *Arquivo do Secretariado Nacional de Informação/ Censura, Cx. 742*, quatro folhas da Comissão de Literatura e Espectáculos para Menores, contendo em cada uma delas a informação manuscrita “Tolerável”, assinadas por “J. Gomes Branco” com um carimbo da Comissão de Literatura e Espectáculos para Crianças onde se indica que “este parecer foi aprovado em reunião do dia 5-VI-56” e outro carimbo da Direcção dos Serviços de Censura que indica “Autorizado” em 5/6/1956 “O Director”.

evitado, pelo menos nessas duas semanas de venda do Mundo de Aventuras “prejuízos de tempo e dinheiro quase sempre muito apreciáveis”.

E sabemos também, porque bastará compulsar o “Mundo de Aventuras” a partir de meados de 1956, que as novas orientações propugnadas pela CLEPM começaram a produzir os seus efeitos no conteúdo da revista⁵². A promessa de José de Oliveira Cosme de substituir as histórias de que a CLEPM não gostava por “outras de carácter diferente “veio lentamente a modificar a revista. Em carta datada de 17 de Julho de 1956 o Director do Mundo de Aventuras fazia o balanço :

“Dentro do plano de total remodelação progressiva que estou a imprimir ao semanário juvenil “Mundo de Aventuras” em harmonia com o meu compromisso com V.Exa tenho em preparação uma série de estampas coloridas e envernizadas de “Vultos e Monumentos” nacionais que constituem outras tantas adivinhas de fácil solução. Autor das respectivas legendas em versos simples despreziosos, cujas parselhas finais encerram as decifrações não me considero imune de possíveis erros e inexactidões, ainda que involuntários, motivo por que rogo a V.Exas o favor da sua apreciação bem como das correcções que julgarem indispensáveis, o que desde já muito agradeço.

Mais me apraz comunicar que ainda de acordo com mesmo plano de remodelação as histórias que mereceram reservas de V.Exas serão encurtadas, quanto possível a fim de se antecipar a sua terminação. Para as substituir estão já a preparar-se novelas de carácter histórico desenhadas por dois dos melhores ilustradores portugueses do género⁵³.

Também a partir de 9 de Agosto próximo o “Mundo de Aventuras” apresentará uma página de texto, inteiramente dedicada a temas culturais e recreativos nomeadamente: pequenas biografias, resenhas históricas e religiosas, excertos literários, conselhos, etc.”⁵⁴

No topo desta missiva os serviços da Censura escreveram “Autorizado” com a data de 24 de Julho de 1956.

O “Mundo de Aventuras” jamais recuperaria do seu fulgor dos anos 1951 a 1955, iniciando uma penosa caminhada quer do ponto de vista gráfico quer de conteúdo, quer sobretudo na diminuição da sua circulação que o levaria a encerrar a 1ª série em 1959⁵⁵. O que depois se seguiu já nada teve que ver com as “histórias americanas “que de episódio a episódio invadiam todas as quintas feiras as casas dos jovens portugueses e sobretudo as suas imaginações e sonhos. Que para esse resultado tenha contribuído a pegada da CLEPM não é certamente de excluir...

O “Mundo de Aventuras” foi talvez a publicação que mais sofreu (e com ela os criadores e os leitores) com as novas orientações da Censura e com o funcionamento da CLEPM.

Escreve António Dias de Deus: “A aplicação do regulamento desencadeou uma situação nova no jornalismo infantil português. O Mundo de Aventuras viu reduzido em alto grau a capacidade de transcrever integralmente os “comics” americanos dado que estes não eram exclusivamente juvenis. Algumas das séries foram pura e simplesmente afastadas. A Censura prévia ou seja os auto-cortes

⁵² De par com a preocupação em exibir a fidelidade ao regime, como por exemplo no nº354 de 24 de Maio de 1956, ao distribuir uma separata alusiva aos 30 anos do 28 de Maio com “as figuras máximas que representam esse período do ressurgimento português “efeméride a que o “Mundo de Aventuras” se associa “gostosa e espontâneamente”.

⁵³ Referência a “Geraldo Sem Pavor” de José Antunes, com início no nº 369 de 6 de Setembro de 1956 e “O Santo Condestável” de Carlos Alberto iniciada no nº 374 de 11 de Outubro de 1956.

⁵⁴ Vide Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT) *Arquivo do Secretariado Nacional de Informação/ Censura*. Cx. 742, carta datada de 17 de Julho de 1956 de José de Oliveira Cosme dirigida à Comissão da Literatura e Espectáculos para Menores.

⁵⁵ Bem que desabafava Roussado Pinto, em 1956, perante a Censura, no fecho de mais uma mal sucedida aventura gráfica: “tentei apresentar um jornal sem histórias americanas,(...) mas está provado que tais intenções não receberam o aplauso dos rapazes que logo o puzeram de parte” carta datada de 5 de Julho de 1957 de Roussado Pinto para o Director dos Serviços de Censura a propósito da suspensão do jornal “Valente” Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT) *Arquivo do Secretariado Nacional de Informação/Censura* Cx. 699.

que os editores infligiam às vinhetas e aos textos afim de poderem furar as malhas do regulamento, resultaram ridículos, obtusos, ignóbeis mesmo”⁵⁶. E continua: “Tivemos borrões a tapar coxas e seios, borrões a dissimular outro tipo de armas, pistolas que desapareciam por artes mágicas, pares voluptuosamente enlaçados que se beijavam à distância, com as cabeças desarticuladas e pateticamente afastadas”⁵⁷

Até que ponto este resultado resultou directamente da censura através da CLEPM ou se impôs por um afã de autocensura, é controvertido. António Dias de Deus na obra que citamos refere que “não se podem estabelecer com precisão os desmandos provocados pela Agência Portuguesa de Revistas no afã de evitar os prejuízos de uma proibição. Todo o aspecto gráfico se tornou caricatural. Os balões encheram-se de fraseado pomposo moralizador até à náusea. O hábito de mutilar os desenhos por necessidade degenerou na mutilação arbitrária por incompetência profissional. O final da 2ª fase do Mundo de Aventuras bem como a 3ª fase do 463 ao 511 (17 de Julho de 1958 a 25 de Junho de 1959) exibem o progressivo desgaste da inteligência e do grafismo”⁵⁸

Alguns exemplos destes episódios têm sido sinalizados. É caso do popular herói “Cisco Kid” desenhado por José Luís Salinas que na versão portuguesa, publicada no “Mundo de Aventuras”, quando comparada com o original, se apresenta com as armas suprimidas e nessa precipitação sem braços, sem mãos e demais particularidades anatómicas...⁵⁹. Outros exemplos evidenciam-se do confronto entre o original de “Flash Gordon” desenhado por Dan Barry e o publicado, por exemplo no nº 183 do Mundo de Aventuras de 1954: “Tapam-se (por vezes com desajeitados borrões) coxas, decotes e ombros femininos - e até os chifres do Diabo não vá o dito tecê-las”⁶⁰.

Não há contudo nenhuma evidência de que estas intervenções tenham sido resultado da acção directa da CLEPM. É muito provável, à luz da documentação disponível no Arquivo da Censura e que vimos revelando, que tenham resultado, sobretudo, da direcção da revista ou, em menor grau, da administração da Agência Portuguesa de Revistas. Essa era, recorde-se, a orientação das “Instruções para a Literatura Infantil” que no seu afã de associar ao policiamento da revistas os seus Directores os convidada expressamente à “supressão dos desenhos”.

4.2.” Cavaleiro Andante” (1952- 1960)

Os primórdios das preocupações do regime com as publicações juvenis e infantis faz-se sentir em termos práticos logo no “Diabrete” no início do ano de 1950. Embora, como vimos, a CEPLIJ só tenha tomado posse em Dezembro de 1950 e as “Instruções” datem de meados desse ano, a verdade é que as várias publicações existentes no mercado dão conta de que “segundo informações da mais fidedigna origem as publicações infantis e juvenis vão em breve ficar sujeitas a um conjunto de preceitos actualmente em estudo que tendem a imprimir-lhes as características adequadas ao público para que se destinam”⁶¹.

E na verdade o sucedâneo do “Diabrete”, o semanário “Cavaleiro Andante”, irá senti-lo, embora, reconheça-se, em termos bem mais moderados do que o seu concorrente “Mundo de Aventuras”.

O “Cavaleiro Andante” veio à luz no dia 5 de Janeiro de 1952 e insere-se numa linha editorial com antecedentes. Sucede praticamente sem interrupções ao “Diabrete” e dá continuidade

⁵⁶ Vide *Comics em Portugal* [...] 234

⁵⁷ Vide *ibidem*, 234

⁵⁸ Vide *idem*, 234

⁵⁹ Vide Carlos Gonçalves “A censura e a Banda Desenhada em Portugal” *in Boletim do Clube Português de Banda Desenhada* (nº 21 de Novembro de 1979) 12-15.

⁶⁰ Vide Joaquim Vieira, *Portugal no Século XX Crónica em Imagens 1950-1960*, (s.l. Círculo de Leitores, 2000) 145-147.

⁶¹ Vide “Mundo de Aventuras” (3/2/1950) 3.

às publicações juvenis do “Diário de Notícias” que eram propriedade, como o jornal, da Empresa Nacional de Publicidade. O director será aliás o mesmo, Adolfo Simões Muller, uma personalidade ligada aos meios católicos, que havia sido antes da sua passagem pelo “Diabrete”, editor e director do jornal infantil “O Papagaio” uma publicação detida pela A Renascença (mais tarde Rádio) muito próxima da Igreja Católica.

Quando o “Cavaleiro Andante” surge o “Mundo de Aventuras” estava já nas bancas há 3 anos, com todo o alarme provocado nas hostes governamentais como acabámos de ver. A “Empresa Nacional de Publicidade reunia as condições para apresentar um competidor forte, sendo certo que o ciclo de “O Mosquito” se aproximava do fim. No fundo tratava-se de actualizar “O Diabrete” sendo certo que tinha já “o director adequado, perfeitamente integrado no clima de hostilidade contra os “comics” americanos e à sua violência desmedida”⁶²

Ora, das histórias surgidas no Cavaleiro Andante, para a fase em estudo, todas elas “colhidas nas melhores fontes católicas (belgas, francesas e italianas)”⁶³ destacam-se as aventuras de TinTin, em continuação do ciclo do “Papagaio” e do “Diabrete” o aparecimento dos heróis de E.P. Jacobs “Blake e Mortimer”. Mas surgem também desenhadores italianos provenientes da também muito católica revista juvenil “Il Vitorioso”, que constituirá fonte importante para as independentes “Titã” e “Flecha” e, muito pontualmente, criadores americanos. Estes, contudo, limitados aos relatos históricos, como foi o caso de Kreigh Collins que surge nas páginas do “Cavaleiro Andante” com a história “Pela Cruz e pela Espada”⁶⁴.

Mas a verdade é que o “Cavaleiro Andante” não escapou ao zelo censório e à intervenção da CLEPM. Alguns exemplos ilustram o que se afirma.

O primeiro dos conflitos prende-se com a proibição, em Julho de 1952 de um suplemento dito “infantil” o “Pajem” que o Cavaleiro Andante tinha começado a publicar. A decisão é recebida com surpresa e Adolfo Simões Muller interroga a Censura das razões da interdição⁶⁵ Em resposta o Subdirector dos Serviços de Censura pergunta “quando foi autorizada por estes serviços a nova publicação “Pajem” que sob a forma de suplemento a Empresa Nacional de Publicidade editou”.

O Director da revista argumenta que: “O Pajem não é uma nova publicação. É uma continuação do Cavaleiro Andante apresentada sob a forma de suplemento tal como as construções e as folhas ilustradas com motivos desportivos. Não houve autorização para sair com esta folha suplementar nem ela foi solicitada visto ser, com a devida vénia, desnecessária”⁶⁶

Mas a resposta da Censura invoca as orientações das “Instruções sobre Literatura Infantil” que estavam em vigor há dois anos.

Escreve o Subdirector dos Serviços de Censura:

“O Exmo Director encarrega-me de informar V.Exa em resposta aos officios de 14 e 15 deste mês que não vê motivo para a surpresa de V.Exa porquanto a Empresa Nacional de Publicidade no seu requerimento de 5 de Dezembro de 1951 compromete-se a apresentar o “Cavaleiro Andante” como semanário juvenil (sublinhado no original) ou seja nos termos do & 2º do art. 3º das Instruções sobre Literatura Infantil uma publicação destinada a leitores de idades superiores a 12 anos.

⁶² Vide Leonardo de Sá e António Dias de Deus, *Cavaleiro Andante*, (Lisboa :Edições Época de Ouro/Editorial Notícias, 1999)5.

⁶³ Vide *ibidem*, p. 6.

⁶⁴ “Muito censurada” informam Leonardo de Sá e António Dias de Deus, *Cavaleiro Andante* [...]p 6.

⁶⁵ Vide Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), *Arquivo do Secretariado Nacional de Informação/ Censura* Cx. 731(processo 1014/4-I “Zorro”). Carta do Director do “Cavaleiro Andante” ao Director dos Serviços de Censura de 11 de Julho de 1952.

⁶⁶ Vide Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), *Arquivo do Secretariado Nacional de Informação/ Censura* Cx. 731(processo 1014/4-I “Zorro”). Carta de 15 de Julho de 1952.

Agora sofismando as disposições constantes das mesmas Instruções “Cavaleiro Andante” intercala abusivamente uma publicação infantil com título características, portanto diferentes e estes Serviços não podem permitir⁷⁶⁷

Claro está que o desenlace da situação dificilmente poderia ser outro que não aquele que dias depois Adolfo Simões Muller propõe :

“... confirmando a conversa que tive com V.Exa no dia 19 p.p. apressome a comunicar a V.Exa que a partir do nº 32 inclusive o Cavaleiro Andante -vistos os dois números precedentes se encontrarem já impressos. deixará de figurar na folha solta a designação “suplemento infantil” que será eliminada também de todas as referências publicitárias. O Pajem será assim um simples secção de uma semanário juvenil. Certo que V.Exa reconheceu que não houve da minha parte o menor propósito de iludir as “Instruções sobre Literatura Infantil” que sempre tenho procurado cumprir tanto mais que me integro em absoluto no espírito que as ditou (...)⁷⁶⁸

Se houve ou não intenção de iludir as “Instruções para a Literatura Infantil” não sabemos. A verdade é que degradar a classificação etária do Cavaleiro Andante de “juvenil” para “infantil” a propósito de um simples suplemento seria expô-lo a limitações e condicionantes bem mais gravosas, quase todas incompatíveis com as “histórias em quadrados” que vinha publicando e que queria, seguramente, continuar a publicar.

Outro dos aspectos a que o Cavaleiro Andante não escapou foi o das exigências gráficas de modo a preservar a “higiene visual”. O nº 103 de 15 de Dezembro de 1953 é objecto de reparo quanto “ao tamanho de letra usado nas diversas secções⁷⁶⁹ e algumas meses depois - a 4 de Maio de 1954- a revista é avisada de que tencionando “apresentar gravuras com o processo de três dimensões” o não deverá fazer “por motivo de higiene visual⁷⁷⁰

Entretanto o regime de censura prévia, tendo começado a funcionar, produziu os seus efeitos. A documentação existente no ANTT regista a avaliação pela CLEPM de várias “histórias em quadrados”.

Um dos casos reporta-se à iniciativa em publicar as “adaptações ilustradas “Búfalo Bill “e “O Pirata” (extraído da obra de Walter Scott) “e que Adolfo Simões Muller coloca à consideração da Censura⁷¹. Alguns dias depois o censor Padre Moreira das Neves informa que” não têm inconveniente de maior sobretudo O Pirata extraído da obra de Walter Scott. Chame-se a atenção do adaptador para atenuar algumas cenas de Buffalo Bill⁷²

Outro episódio ocorre a 30 de Julho de 1954. Desta feita é o Administrador da Empresa Nacional de Publicidade a assinar um ofício em que solicita da CLEPM o seu parecer sobre a

⁶⁷ Vide Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), *Arquivo do Secretariado Nacional de Informação/ Censura* Cx. 731 (processo 1014/4-I “Zorro”). Ofício datado de 16 de Julho de 1952 dirigido ao Director do “Cavaleiro Andante”.

⁶⁸ Vide Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), *Arquivo do Secretariado Nacional de Informação/ Censura* Cx. 731 (processo 1014/4-I “Zorro”). Carta dirigida ao Director dos Serviços de Censura de 21 de Julho de 1952.

⁶⁹ Vide Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), *Arquivo do Secretariado Nacional de Informação/ Censura* Cx. 731 (processo 1014/4-I “Zorro”). Ofício de 2 de Janeiro de 1954.

⁷⁰ Vide Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), *Arquivo do Secretariado Nacional de Informação/ Censura* Cx. 731 (processo 1014/4-I “Zorro”). Ofício de 4 de Março de 1954 dirigido ao Director do Cavaleiro Andante.

⁷¹ Vide Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), *Arquivo do Secretariado Nacional de Informação/ Censura* Cx. 731 (processo 1014/4-I “Zorro”). Carta de 7 de Julho de 1954.

⁷² Vide Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), *Arquivo do Secretariado Nacional de Informação/ Censura* Cx. 731 (processo 1014/4-I “Zorro”). Informação de P. Moreira das Neves aprovada em reunião da CLEPM de 13 de Julho de 1954 (O Presidente Serras e Silva).

“edição em português das publicações “Straight Arrow” e “Durango Kid”, expurgadas de qualquer pormenor menos aconselhável”⁷³

A resposta da CLEPM aprovada na sua reunião de 10 de Agosto é taxativa:

“Sou de parecer que se comunique à empresa interessada que a edição em português das publicações referidas só oferece inconvenientes”⁷⁴

Convirá dizer que as referidas aventuras, passadas em ambiente de oeste americano, como muito movimento e alguma violência, enquadravam-se melhor na linha editorial do “Mundo de Aventuras”. Na verdade o feroz índio comanche “Straight Arrow” e duro cowboy “Durango Kid”, populares heróis dos “comics strips” norte americanos dos anos 50 estavam justamente no alvo das preocupações censórias da CLEPM. Assim nem com convenientes expurgos de “pormenores menos aconselháveis” a sua publicação seria possível...

4.3. Os “pequenos independentes “: Titã (1954-1955), “Flecha” (1954-1955) e “Valente” (1956-1957)

Enquanto que o “Mundo de Aventuras” se aproximava da tempestade censória, como vimos antes, do mesmo passo que se tornava um fenómeno de vendas e um sucesso empresarial, o responsável desse mesmo sucesso – que se traduziu, no fundo, em dar a conhecer aos jovens portugueses as “emocionantes” aventuras das BDs norte-americanas da época- Roussado Pinto, decide sair da Agência Portuguesa de Revistas e, trazendo consigo Vítor Péon, prepara novos projectos editoriais o principal deles o semanário juvenil “Titã” a que se seguiu com uma delonga de escassas semanas a revista “Flecha”. Um ano depois Roussado Pinto lançar-se-á em mais uma frustrada tentativa, a revista “Valente” (1956-1957).

A estas publicações, por serem o resultado de isolados e pequenos projectos empresariais, em confronto com a poderosa Agência Portuguesa de Revistas e a não menos poderosa Empresa Nacional de Publicidade, deu-lhes António Dias de Deus a designação de “pequenos independentes”⁷⁵

A curta vida destas publicações nas suas relações com a Censura está relativamente bem documentada e complementa com riqueza de incidentes o paradigma da actuação da CLEPM na época que vimos analisando.

O 1º número da revista Titã tem a data de 12 de Outubro de 1954 e o seu primeiro Director foi José da Costa Pessoa (Vinhais), o Editor responsável António Feio⁷⁶ e o redactor principal Roussado Pinto. Contudo a partir do Nº 6 e até ao fim da revista, no nº 42 de 10 de Agosto de 1955, o Director será Roussado Pinto.

Não se conhecem as razões da substituição na Direcção da revista nem tão pouco porque não assumiu desde logo Roussado Pinto a sua formal direcção. Na realidade o projecto do semanário havia sido por ele idealizado, para o qual chamou como colaborador Vítor Péon, seu companheiro das mesmas lides desde o tempo de “O Pluto” em 1945 e seu colega no “Mundo de Aventuras”

⁷³ Vide Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), *Arquivo do Secretariado Nacional de Informação/ Censura Cx. 731*(processo 1014/4-I “Zorro”). Carta dirigida ao Director dos Serviços de Censura pelo Administrador da Empresa Nacional de Publicidade 30 de Julho de 1954.

⁷⁴ Vide Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), *Arquivo do Secretariado Nacional de Informação/ Censura Cx. 731*(processo 1014/4-I “Zorro”). Informação manuscrita com assinatura elegível no ofício da Empresa Nacional de Publicidade referido antes. Carimbo da CLEPM referindo a aprovação em reunião de 10 de Agosto de 1954. Assinatura de Serras e Silva.

⁷⁵ Vide António Dias de Deus, *Os “comics “em Portugal [...]*, p. 215.

⁷⁶ “António Mendes Lopes Feio que assina literariamente António Feio” vide Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT) *Arquivo do Secretariado Nacional de Informação/ Censura Cx. 546* (Processo nº 795 “Titã”) Requerimento dirigido ao Director dos Serviços de Censura por António Feio declarando que “não é editor de qualquer outra publicação” datado de 14 de Outubro de 1954.

como vimos antes. Como quer que seja, o certo é que a "Titã" será objecto de várias intervenções censórias. Curiosamente e ao invés de que acontecia com o "Mundo de Aventuras" não existem reparos expressos quanto ao conteúdo das "histórias em quadrados" (sem embargo das indicações quanto a aspectos gráficos) mas sim quanto a textos de natureza religiosa...

Na verdade e de acordo com o projecto inicial a revista para além das bandas desenhadas tratou de dar a temas da história cristã alguma importância. Nesse aspecto existe uma radical diferença entre de um lado o "Mundo de Aventuras" da sua primeira fase (até 1955) e as restantes publicações quer sejam o "Cavaleiro Andante" quer o "Titã". Enquanto estes últimos, em maior ou menor grau, destacam o papel da religião cristã e dão relevo a aspectos da história religiosa (Bíblia, vidas de santos, efemérides) nas suas páginas, no que se aproximam marcadamente de algumas das preocupações da CLEPM e dos dogmas salazaristas, o "Mundo de Aventuras" da fase identificada projecta um marcado e ostensivo laicismo.

Ora, o semanário "Titã" decidiu publicar em episódios ilustrados vários relatos bíblicos, começando no Antigo Testamento. Não sendo uma novidade absoluta em revistas juvenis não deixava de ser um empreendimento pouco comum sobretudo em face da dimensão dos textos e das ilustrações, e que se prolongou por muitos números da revista (desde o nº 8 até ao nº 25). A CLEPM decidiu a 9 de Março de 1955 que "de futuro qualquer história de carácter religioso a publicar pelo semanário, fica sujeita a censura prévia"⁷⁷. Em resposta, a gerência da Fomento de Publicações Lda informou que "a única história religiosa que temos em publicação, "A Bíblia" já está impressa até ao número 23 do Titã e será previamente enviada à Censura a partir do nº 24"⁷⁸. E assim aconteceu, quando dias depois é enviado para censura prévia o "texto da história "A Bíblia" a ser publicado nos nºs 24, 25 e 26". Sobre esse ofício o censor Moreira das Neves despacha "Pode imprimir-se "o que será aprovado em reunião de 22 de Fevereiro de 1955"⁷⁹.

Fica sem se saber em rigor as razões da preocupação da CLEPM relativamente aos textos de carácter religioso publicados pela revista. Lido o artigo objecto de censura conclui-se que se trata de um relato factual de um dos mais sugestivos episódios do Antigo Testamento, a travessia do Mar Vermelho por Moisés e o seu povo. Mas o verdadeiro fundamento das preocupações da CLEPM evidencia-se no contexto de uma intervenção similar em outra revista do mesmo proprietário e com o mesmo Director, o semanário "Flecha".

Em ofício datado de 9 de Março de 1955 a Direcção dos Serviços de Censura informa o Director do Semanário "Flecha" do seguinte :

"...tendo a Ex.ma Comissão de Literatura e Espectáculos para Menores verificado que a história de Moisés é de base racionalista e contrária aos ensinamentos bíblicos, determina que de futuro, qualquer história de carácter religioso a publicar por esse semanário fique sujeito a censura prévia"⁸⁰.

⁷⁷ Vide Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT) *Arquivo do Secretariado Nacional de Informação/ Censura Cx. 546* (Processo nº 795 "Titã"). Ofício do Secretário da Direcção de Serviços de Censura dirigida ao Director do Semanário Titã a 9 de Março de 1955.

⁷⁸ Vide Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT) *Arquivo do Secretariado Nacional de Informação/ Censura Cx. 546* (Processo nº 795 "Titã") Carta da Fomento Publicações à Direcção dos Serviços de Censura datada de 12 de Março de 1955.

⁷⁹ Vide Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT) *Arquivo do Secretariado Nacional de Informação/ Censura Cx. 546* (Processo nºs 795 "Titã") Ofício de Fomento de Publicações à Direcção dos Serviços de Censura que tem em anexo 6 páginas do texto "A Bíblia". Sobre esse ofício constam os carimbos da CLEPM e da Direcção dos Serviços de Censura com informação de "Autorizado" ..

⁸⁰ Vide Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT) *Arquivo do Secretariado Nacional de Informação/ Censura. Cx. 546* (Processo nº 794 "Flecha "). Ofício da Direcção dos Serviços de Censura ao Director do Semanário Flecha de 9 de Março de 1955.

Na data em que a CLEPM assinala esta preocupação a “história de Moisés” já havia concluído⁸¹. Mas por aqui se explica a intervenção da Comissão no semanário “Titã”, concretizada aliás na mesma data: o receio da apresentação de histórias religiosas de “base racionalista”..

O texto sobre “Moisés” surge nos nºs 13 e 14 da revista datados de 3 e 10 de Fevereiro de 1955, respectivamente. Embora fiel ao relato bíblico, afasta-se claramente da visão mística ou espiritual que a vulgata católica lhe emprestava, e não deixa mesmo de enquadrar a figura de Moisés no contexto histórico, discutindo a opinião de alguns “historiadores” que “crêem que Moisés viveu no tempo do faraó Ikhnaton”. Terá sido essa a principal inquietação do Censor: o relevo da dimensão histórica da figura de Moisés poderia perturbar a perspectiva espiritual exigida a uma “boa formação católica” dos jovens portugueses.

Na verdade, o Censor que chama a si estas duas intervenções que comentamos é justamente o Padre Moreira das Neves, um dos membros da Comissão com particular formação religiosa.

Para encerrarmos o capítulo das publicações infanto-juvenis da “Fomento de Publicações” impõe-se ainda uma breve referência a um projecto que nunca chegou a ver a luz do dia e que a vingar seria certamente original: um diário de carácter juvenil.

O projecto, apresentado à Censura em 2 de Dezembro de 1954, apresentava-se contemporâneo do “Titã” e da “Flecha” e propunha como Director o mesmo José Augusto Roussado Pinto. Juntava-se inclusive uma maquete gráfica do nº1, desenhada a lápis. É provável que tenha sido concebida por Vítor Péon o qual, como vimos, se associou desde o início aos projectos juvenis da «Fomento de Publicações».

Não deixa de ser significativa a reacção ao projecto por parte da CLEPM, porque, no fundo, mais do que em qualquer outro caso visto até agora, revela a sua verdadeira preocupação censória.

A resposta da CLEPM assinada pelo seu Presidente, Serras e Silva, é taxativa e fulminante :

“...a publicação dum diário infantil teria o inconveniente de tornar diária a perturbação, semanal, que as revista infantis em geral causam no espirito das criança das escolas e que é reconhecida por todos os que ensinam.

A proibição da publicação diária não se entende apenas com a revista que ora se pretende publicar mas com todas qualquer que seja a sua procedência”⁸²

Insatisfeita a “Fomento de Publicações” voltou a insistir propondo a mudança da periodicidade de diária para trissemanal. A resposta não se alterou :

“Não convém publicar revistas infantis mais de uma vez por semana, mas que as existentes melhorem o seu conteúdo em ordem à formação do público infantil”⁸³

Da última das aventuras gráficas de José Augusto Roussado Pinto damos conta do “jornal juvenil ilustrado “Valente”. Inspirado provavelmente nas designações que se tornaram populares em França por esta época entre as publicações juvenis onde competiam os católicos “Coeurs

⁸¹ Vide Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT) *Arquivo do Secretariado Nacional de Informação/Censura*. Cx. 546 (Pasta nº 794) Flecha “) Ofício de resposta da Fomento de Publicações à Direcção dos Serviços de Censura datada de 12 de Março de 1955.

⁸² Vide Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT) *Arquivo do Secretariado Nacional de Informação/Censura*. Cx 698 “Seleccões Juvenis”. Informação assinada por Serras e Silva que apresenta um despacho manuscrito no topo “Indeferido em conformidade com o parecer emitido pela C.E.P.M esclarecendo-se que a proibição da publicação diária não se entende apenas com a revista que ora se pretende publicar mas com todas qualquer que seja a sua procedência” 3/1/55 (assinatura ilegível).

⁸³ Vide Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT) *Arquivo do Secretariado Nacional de Informação/ Censura*. Cx. 698 “Seleccões Juvenis”. Informação manuscrita datada de 1/2/55 “Pelo Presidente da Comissão da Literatura e Espectáculos para Menores” (assinatura ilegível) aposta no requerimento da Fomento de Publicações de 20 de Janeiro de 1955.

Vaillants” e “Ames Vaillants” contra o comunista “Vaillant”, o nosso “Valente” será sol de pouca dura publicando-se entre 3/12/1956 e 27/3/1957. Tratou-se de mais uma tentativa para disputar o terreno ocupado já pelo “Mundo de Aventuras” e o “Cavaleiro Andante”.

Como se disse, o semanário “Valente” não resistiu quatro meses sequer. Queixava-se amargamente Roussado Pinto ao Director dos serviços de Censura: “Sobre a suspensão do jornal “Valente” do qual sou Director e Proprietário informo que foi motivada em virtude de estar a sofrer prejuízo. Como expuz oportunamente tentei apresentar um jornal sem histórias americanas, sem futebol em separatas ou suplementos, mais dentro das características que possam “formar “a juventude, incluindo construções de armar, histórias sem legendas (balões), aventuras de sentido europeu, conselhos, etc, mas está provado que tais intenções não receberam o aplauso dos rapazes que logo o puzeram de parte”⁸⁴

Mas o que o Director do extinto semanário “Valente” pretendia verdadeiramente transmitir à Censura e à CLEPM era outra coisa: jornais ao gosto da CLEPM não recebem o “aplauzo dos rapazes”...

5. O “antiamericanismo”: o Super-Homem como exaltação do Sub Homem

Na realidade um dos aspectos da actuação da Censura infantojuvenil no primeiro quinquénio dos anos 50 é justamente o combate às “aventuras americanas”, como vimos, o que traduz um verdadeiro “antiamericanismo” ideológico-cultural. A expressão mais articulada desse “anti-americanismo”, ou melhor, da denúncia desse “modo de vida moderno” e da cultura dissolvente introduzida pelas “fitas americanas” que poderia fazer perigar a educação dos jovens portugueses, é, sem dúvida a de João Serras e Silva. Não será por acaso que enquanto foi Presidente da CLEPM, até falecer em 1956, data limite da nossa investigação, essa campanha atingiu o paroxismo. Um dos seus mais fiéis intérpretes nessa campanha será o Padre Moreira das Neves, que não só teorizará sobre o tema, como, se encarregará, na prática, de a fazer cumprir sem tergiversações, como veremos com exemplos concretos.

A questão do “antiamericanismo” veiculada através das mais dinâmicas expressões da cultura popular, como o cinema ou a música, mas neste caso muito particularmente pela Banda Desenhada, também se colocou, nas décadas de 40 e 50, em outros países como França ou Reino Unido. Mas não é possível transferir, sem mais, as interpretações que resultam dessas específicas realidades, mesmo sopesando as diferenças de regime político⁸⁵, para Portugal. Tomemos o caso de França. Aí o “antiamericanismo” irrompe com intensidade após a II Guerra Mundial, alimentado por concepções ideológicas opostas mas que convergem no ódio aos “comics”: de um lado as forças conservadoras de orientação cristã (em concreto a própria Igreja Católica) do outro o Partido Comunista Francês⁸⁶. Mas aí o propósito dessa “união sagrada” é sobretudo de natureza proteccionista, criando raízes para garantir o sucesso da então nascente “escola franco-belga” de banda desenhada (protagonizada pelas

⁸⁴ Vide Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT) *Arquivo do Secretariado Nacional de Informação/ Censura* Cx. 699 (Processo nº 857) “Valente”. Carta de José Augusto Roussado Pinto ao Director dos Serviços de Censura datada de 5 de Julho de 1957.

⁸⁵ O que apesar de tudo permite comparar melhor a nossa realidade com a censura franquista aos “tebeos” nos anos 50 em Espanha, Vide Vincent Sanchis, *Franco contra Flash Gordon (la censura franquista aplicada a les publicacions infantis i juvenis)*, (Barcelona: Tres /Quatre, 2009).

⁸⁶ Como aliás no Reino Unido, onde a campanha anti “comics” nos anos 50 foi desenvolvida “principalmente (embora não exclusivamente) pelos comunistas e “compagnons de route” que encontraram com esse discurso um vector consensual para veicular o seu antiamericanismo(...)”. Vide Jean Paul Gabilliet “La Criminalisation des “crime comics”: le Canada et la Grande Bretagne”. “On tue à chaque page”. 193

revistas francófonas "TinTin" e "Spirou"⁸⁷. O "antiamericanismo" salazarista, que poderá ter raízes mais recuadas no conservadorismo liberal do século XIX e no ideário integralista dos anos 20, afirma-se, no contexto da censura às publicações infanto-juvenis aqui em análise, de uma forma peculiar.

Por um lado é ainda o prolongamento do ideário "nacionalista e cristão", dos anos 30, que visa a construção do "Homem Novo"⁸⁸ salazarista. E nesse sentido as "histórias americanas" são um perigo para a formação patriótica dos jovens onde é essencial inculcar o amor à Pátria e o orgulho de ser português através do "culto dos símbolos da Pátria (...), as comemorações das grandes datas nacionais, a exaltação das figuras dos grandes portugueses e dos locais onde se enraíza a tradição e a história"⁸⁹

Por outro lado, afirma-se como uma estratégia de combate à "dissolução dos costumes" que colocaria em perigo a formação dos jovens como "bons portugueses capazes de contribuir para o progresso moral e material da Pátria, bons cristãos que pelo amor de Deus elevem a Humanidade"⁹⁰

Que este "antiamericanismo" se tenha feito acompanhar de colorações proteccionistas - "a produção nacional dos conteúdos, textos ou ilustrações, terão que representar 75% do total das publicações" como preconizava a CLEPM - é inegável. E também parece razoavelmente fundada a ideia de que esse mesmo "proteccionismo" terá ajudado ao surgimento e afirmação de um conjunto de desenhadores que alguns caracterizam como a escola realista ou histórica da BD portuguesa.

Em 1953 o Padre Moreira das Neves, analisará o panorama das publicações periódicas juvenis portuguesas. Reproduza-se a seguinte passagem em que compara o "Cavaleiro Andante" e o "Mundo de Aventuras":

"As revistas de grande tiragem e conhecidas em todo o país são duas: O Cavaleiro Andante e o Mundo de Aventuras. O Cavaleiro Andante tem como director Adolfo Simões Muller digno de todos os louvores pela sua obra já extensa e de alto nível pedagógico com vista a educar a infância e juventude da nossa terra. A revista reflecte naturalmente o seu pensamento e a sua visão dos problemas infantis. Sente-se porém que o ilustre escritor não trabalha com absoluta liberdade. Daí a revista não corresponder sempre ao que haveria de esperar de quem a dirige. (...) Muito pior é o Mundo de Aventuras. Inferior em papel e na impressão, abusa de todos os processos contra-indicados. Há números em que não aparece uma só nota de elevação e publica histórias e desenhos que tem sido razão para se impedir a vulgarização em Portugal de numerosas revistas estrangeiras. Por exemplo: o rocambolismo do super-homem muito em voga nas revistas norte e sul americanas e que mais não é do que a exaltação do sub-homem ou do homem mecanizado e aproximado ao animal na ferocidade das suas actividades lúdicas. Nas suas páginas se têm anunciado publicações absolutamente nefastas às crianças porque nefastas também a gente adulta"⁹¹

Esta orientação será seguida pelos restantes censores. Alguns alargam o conceito por forma a integrar outras criações juvenis, como é o caso de "Tarzan". Como sabemos, a criação literária de Edgar Rice Burroughs, do início do sec. XX e que só passará a «história aos quadradinhos» no fim dos anos 20, é sobretudo uma variante da tradição dos "heróis criados por animais" do que propriamente um "super-herói". Mas não foi essa a interpretação da CLEPM.

Em 1953 a CLEPM foi chamada a ter de decidir de uma reclamação de uma empresa de distribuição de publicações que havia visto a edição americana da revista "Tarzan" proibida pela Censura. Na apreciação do assunto o relator do processo, Álvaro Saraiva analisa a personagem de "Tarzan "por comparação com a do "Super Homem" nos seguintes termos :

⁸⁷ Vide sobre este tema Pascal Ory, «Mickey go home ! La désaméricanisation de la bande dessinée (1945-1950)» On tue à Chaque page, 71-86

⁸⁸ Vide Marcello Caetano, *A missão dos Dirigentes, Reflexões e Directivas sobre a Mocidade Portuguesa*, (Lisboa: Serviço de Publicações da Mocidade Portuguesa, 1966, 4ª edição) 11

⁸⁹ Vide *II Congresso Nacional da Mocidade Portuguesa*, (Lisboa, 1956)158

⁹⁰ Vide Marcello Caetano, *A missão dos Dirigentes, Reflexões e Directivas sobre a Mocidade Portuguesa*, 38

⁹¹ Vide Relatório do Padre Moreira das Neves "Sobre Revistas Infantis" de 25/11/1953. Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT) *Arquivo Álvaro Saraiva*

“Assim por exemplo quanto à figura do “Super Homem” explorada sob as mais diversas formas em inúmeras publicações foram definidos certos traços dominantes que caracterizam esta espécie de semi-deus e que em nada a recomendam como figura central de aventuras destinadas a recrear crianças e jovens. O “Super Homem” é um indivíduo que fisicamente se caracteriza por uma elevada estatura e grande desproporção entre a cabeça e os membros - estreiteza de capacidade craneana e fronte fugidia em contraste com os braços e pernas muito desenvolvidos. Isto é, a criança deverá aperceber-se logo à primeira vista que o “Super Homem” domina os acontecimentos e os outros homens exclusivamente pela força física. Certos críticos pretendem até ter notado nessa figura a revelação de uma tendência regressiva voluntária que se traduziria pela assimilação do Super Homem a uma animal superior de inteligência pouco mais desenvolvida que a do gorila. Aliás o comportamento do Super Homem apreciado através das aventuras em que toma parte parece confirmar inteiramente essa impressão. O Super Homem só intervém em casos simples em que predominam instintos inferiores: a luta e a desordem. Termina quase sempre por eliminar os adversários e a sua linguagem resume-se em regra à emissão de gritos inarticulados. De vez em quando pronuncia certas frases breves (em linguagem quase sempre incorrecta) mas as mais das vezes limita-se a solar gritos guturais. Tarzan é uma variante do Super Homem - um Super Animal como lhe têm chamado e com razão - cujas absurdas aventuras decorrem em regra entre povos ultra estranhos e animas exóticos ou espécies já desaparecidas, aventuras essas em que os autores se habituaram a dar largas a uma imaginação que por vezes se afigura delirante”⁹²

São vários os sinais que traduzem na prática censória esta orientação. O mais significativo é a sistemática interdição de circulação de publicações periódicas estrangeiras, importadas sobretudo do Brasil, do México ou da França, que publicam aventuras com super-heróis: “Superman”, “Batman”, “Capitão Marvel” ou “Tarzan” Nestes casos a intervenção censória decisiva é quase sempre do Padre Moreira das Neves. Alguns exemplos:

- a) em 1956 a importadora das revistas “Superman” e “Batman” é informada que “conforme parecer da Ex.ma Comissão de Literatura e Espectáculos para Menores” persistem (...) as razões que determinaram a interdição(...) pelo que se mantém a interdição definitiva das referidas revistas”⁹³—**Anexo A**-;
- b) as versões quer de origem brasileira quer de origem mexicana da revista “Batman” com as aventuras do homem-morcego são proibidas de circular; por exemplo, a edição mexicana de Fevereiro de 1955 é interdita com a seguinte opinião de Moreira das Neves: “Uma história de “super-homem” cenas de extrema violência e terror (1 caixão etc...), É de condenar sempre atendendo às razões expostas em vários números anteriores”⁹⁴- ver **Anexo B**-;
- c) a edição brasileira do Capitão Marvel, intitulada “Marvel Magazine” é também proibida de circular, sendo que, mais uma vez, o Padre Moreira das Neves, como censor de serviço é taxativo: “Género Super-Homem. Não deve circular”⁹⁵;- ver **Anexo C**-

⁹² Vide Parecer de Álvaro Saraiva de 6/8/1953 aprovado pela CELPM no mesmo dia, vide Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT) *Arquivo Álvaro Saraiva*

⁹³ Vide Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros / Arquivo do ex-Gabinete para os Meios de Comunicação Social PT/SGPCM/GMCS. *Pasta “Bat Man” revista infantil brasileira e mexicana, Processo nº 118. Carta do Secretário da Direcção dos Serviços de Censura a Helena A. Lima de 2/7/1956*

⁹⁴ Vide Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros / Arquivo do ex-Gabinete para os Meios de Comunicação Social PT/SGPCM/GMCS. *Pasta “Bat Man” revista infantil brasileira e mexicana, Processo nº 118. Informação manuscrita de Padre Moreira das Neves, 1/2/1955*

⁹⁵ Vide Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros / Arquivo do ex-Gabinete para os Meios de Comunicação Social PT/SGPCM/GMCS *Pasta “Marvel Magazine”. Revista Infantil brasileira, Processo nº 142. Informação manuscrita do Padre Moreira das Neves, datada de 18/4/1955, acerca do nº 8 (Fev. Mar. de 1955) da “Marvel Magazine”*

- d) uma publicação que na sua versão brasileira pretende dar a conhecer ao público português "comics" de proveniência norte-americana, intitulada "Shazan" é proibida de circular com o parecer: "Cenas de Super-homem. Excessos de violência. Gravuras inconvenientes. Não deve circular"⁹⁶ –ver **Anexo D**- acerca do nº 75 Maio/ Junho 1955 da revista Biriiba. Shazem Magazine. 1055encia suas traduções;
- e) e, finalmente, a versão em banda desenhada das aventuras de Tarzan que chegavam a Portugal pela via das suas traduções francesas, também, em coerência com a orientação fixada pela CLEPM, eram interdidadas; a título de exemplo o nº14 da revista Tarzan conhece a seguinte informação de Moreira das Neves: "Devem proibir-se todas as publicações deste género. É a absolutamente deseducativa a glorificação do homem da selva com as suas aventuras absurdas. Não deve circular."⁹⁷-ver **Anexo E** -

6. Conclusões

Da análise efectuada relativamente à prática censória relacionada com as publicações periódicas infanto-juvenis no período em referência (1950- 1956) é possível elaborar algumas conclusões, necessariamente provisórias e a serem confirmadas ou infirmadas na medida em que for possível o acesso a fontes mais completas e exaustivas. Assim:

- a) as preocupações do Estado Novo relativamente às publicações periódicas de natureza infantojuvenil nascem no fim dos anos 40 e acompanham idênticas preocupações que surgem nos Estados Unidos da América, na França, em Itália, no Reino Unido e em Espanha, quanto aos perigos que o consumo das "histórias em quadrados", que constituíam o essencial dessas publicações, provocariam na formação psicológica e moral dos jovens;
- b) essa específica problemática nasceu nas democracias- datam de fins dos anos 40 as primeiras medidas contra os "comis" nos E.U.A.- e só depois invadiram as preocupações dos censores portugueses que apenas nos anos 50 despertam para o tema;
- c) aos perigos de natureza psicológica e moral para os jovens, acrescem em Portugal outras duas dimensões: a política e a religiosa;
- d) para responder a essas preocupações foram aprovadas em 1950 as "Instruções para a Literatura Infantil" que previam a criação de uma Comissão Especial para a Literatura Infantil e Juvenil(CEPLIJ) encarregue de velar por essas instruções;
- e) a referida CEPLIJ foi efectivamente instituída em finais de 1950 tendo sido substituída pela Comissão para a Literatura e Espectáculos para Menores(CLEPM), criada em 1952 pelo Decreto nº 38.963 de 27/10/52;
- f) no período cronológico aqui estudado fizeram parte da CEPLIJ João Serras e Silva, como Presidente, Edmundo Curvelo e Armando Cortez Pinto, como Vice Presidentes, Adolfo Simões Muller, José de Oliveira Cosme, Antonino Pestana, Noémia Cruz e Luís Moita, como Vogais; a CLEPM manteve o mesmo Presidente, mas registou várias alterações a mais significativa, a incorporação do Padre Moreira das Neves em representação da Igreja Católica;

⁹⁶ Vide Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros / Arquivo do ex-Gabinete para os Meios de Comunicação Social PT/SGPCM/GMCS. *Pasta "Biriiba- Shazan Magazine" Números proibidos. processo nº 171. Parecer manuscrito do Padre Moreira das Neves de 19/7/ 1955 acerca do nº 75 Maio/ Junho 1955 da revista "Biriiba-Shazan Magazine".*

⁹⁷ Vide Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros / Arquivo do ex-Gabinete para os Meios de Comunicação Social PT/SGPCM/GMCS.*Pasta "Tarzan" Revista infantil Francesa, Números proibidos. Processo nº 147. informação manuscrita de Padre Moreira das Neves, de 27/9/1955.*

- g) as “Instruções” contêm prescrições de natureza gráfica destinadas a salvaguardar a “higiene visual “dos jovens e um conjunto de proibições muito amplas que visam eliminar “o terror, a violência e o sadismo “, presentes nas publicações infanto-juvenis nacionais e estrangeiras à venda em Portugal e “responsáveis pela criminalidade juvenil e infantil”;
- h) trata-se, apesar disso, de uma solução anómala, porquanto as “Instruções” não eram normas jurídicas e acabaram por assumir uma função meramente indicativa; mas não deixarão de traduzir-se na pauta de conduta da Censura e em concreto da CEPLIJ e da CLEPM, no período estudado;
- i) o conteúdo das referidas “Instruções” reflecte o pensamento e os ideários em matéria de educação e literatura infantojuvenil de João Serras e Silva e de Edmundo Curvelo, que foi aliás o autor do documento;
- j) João Serras e Silva, Presidente da CEPLIJ e depois da CLEPM até falecer em 1956, personalidade próxima, quer pessoal quer ideologicamente de Oliveira Salazar e do Cardeal Cerejeira, foi o doutrinador da teoria da “higiene visual, moral e física “no quadro mais amplo “da formação das crianças e jovens portugueses em vista do “homem novo” salazarista “;
- k) Edmundo Curvelo, filósofo com abundante obra publicada na área da Lógica e professor da Faculdade de Letras de Lisboa, encarregou-se da redacção das Instruções, acolhendo as ideias de Serras e Silva a que adicionou preocupações de natureza moralizadora nos conteúdos das publicações infantis e juvenis;
- l) Por seu lado o Padre Moreira das Neves, que só ingressará em 1952 na CLEPM, acrescentará no exercício da actividade dos censores infanto-juvenis uma absorvente preocupação contra a “invasão dos bárbaros” representada pela cultura popular norte-americana, veiculada pelo cinema, pela musica e pelos “comics”;
- m) a Comissão da Literatura e Espectáculos para Menores(CLEPM) assume competências mais alargadas no cumprimento das citadas “Instruções” a que vai aditando algumas novas orientações sob forma de circulares (a mais simbólica a do aporuguesamento das aventuras estrangeiras, quer dos nomes dos “heróis” quer dos locais onde aqueles se movimentam);
- n) A incorporação dos Directores das principais revista da época “Mundo de Aventuras “e “Cavaleiro Andante” na primitiva CEPLIJ, parece ter correspondido ao desiderato, aliás expresso nas “Instruções”, de obter a colaboração dos responsáveis das revistas na implementação das novas orientações.
- o) A actuação da CELPM, sempre presidida por Serras e Silva no período em estudo, parece ter-se pautado por uma actuação discreta, mais persuasiva do que repressiva, como o evidenciam os casos estudados, confiando sobretudo na capacidade dos Directores das publicações em acatarem as suas orientações e corrigirem ou alterarem as linhas editoriais quando tal se tornava necessário.
- p) Em qualquer caso, as decisões da CLEPM sempre foram soberanas, constituindo a última palavra na matéria, sendo certo que a Direcção dos Serviços de Censura jamais contrariou as deliberações da referida Comissão, fazendo mesmo questão de sublinhar “que não pode alterar as decisões da Comissão “;
- q) na verdade, e em larga medida- de acordo com as evidências recolhidas - a aplicação das orientações contidas nas “Instruções para a Literatura Infantil”, nas circulares posteriores e nas decisões concretas da CLEPM resultaram sobretudo da acção dos

- responsáveis das publicações que transformaram a autocensura (aconselhada de resto nas "Instruções") na sua pauta normal de conduta;
- r) o mesmo se diga, em concreto, das regras contidas na Circular nº 384 da CLEPM emitida em 1955, na parte relativa ao aporuguesamento das personagens e situações das histórias a publicar, cujo acatamento esteve longe de ser total.
 - s) Mas comprova-se, apesar disso, que todas as publicações infanto-juvenis analisadas neste ensaio foram, em maior ou menor grau, quer em aspectos gráficos quer de conteúdo, objecto de intervenções censórias;
 - t) terá sido o "Mundo de Aventuras", sobretudo entre 1952 e 1956, a publicação mais sistematicamente policiada, já que ao ter prevalecido uma orientação muito clara contra as "histórias americanas", parece razoavelmente documentado que o principal alvo da Censura foram as aventuras em "comic strips" importadas dos E.U.A. publicadas pela citada revista;
 - u) a tal ponto a referida acção censória se acentuou que o "Mundo de Aventuras" foi forçado a alterar a sua linha editorial;
 - v) essa orientação traduz o tópico do "antiamericanismo", teorizado entre outros, por Serras e Silva e Moreira das Neves, o qual, por um lado, reflecte o ideário "nacionalista e cristão", dos anos 30 e por outro alimenta uma estratégia de combate à "dissolução dos costumes" que colocaria em perigo a formação dos jovens como bons portugueses e bons cristãos capazes de contribuir para o progresso moral e material da Pátria;
 - w) exemplos práticos desta orientação foram a sistemática interdição de circulação das revistas importadas do Brasil, do México ou de França, que publicavam super-heróis ("Superman", "Batman", "Captain Marvel" ou "Tarzan");
 - x) outra consequência da referida prática censória e do ambiente vivido nas publicações infanto-juvenis nos anos 50, foi que alguns dos mais destacados desenhadores portugueses como Eduardo Teixeira Coelho, Vítor Péon, Fernando Bento, Carlos Alberto ou José Ruy optaram, com raras excepções, por se especializar no género realista / histórico (escola portuguesa de BD realista);
 - y) contudo não há qualquer evidência que sustente terem sido eles, ou melhor, as suas criações, objecto de uma particular e sistemática acção da Censura; pelo contrário, o apelo à criação nacional contido nas "Instruções para a Literatura Infantil" e mais tarde nas circulares da CLEPM, criou um mercado de trabalho para os desenhadores portugueses, sendo que alguns deles fizeram uma bem sucedida carreira em Portugal;
 - z) a natureza das intervenções censórias da CLEPM difere de forma qualitativa das restantes intervenções censórias nas publicações periódicas de informação geral, de natureza política ou de cultura; no caso em estudo o que está em causa é a "violência", o "sexo", o "fantástico", o "estrangeiro", o "laicismo", as visões "racionalistas" dos episódios ou figuras da religião e da Igreja Católica e, sobretudo, o "super-homem como exaltação do sub-homem";

Anexos A, B, C, D e E

790

D. Helena A. Lima
Av. Fontes Pereira de Melo, 34 - 22 Dt^a.

L I S B O A

Em referência à carta de 20 do mês findo, encorrega-me o Exm^o. Director destes Serviços de informar V.Ex^{as}. de que, conforme o parecer da Exm^o. Comissão de Literatura e Espectáculos para Menores, persistem, relativamente aos presentes números das revistas "Superman" e "Bati-Man", as razões ^{que} determinaram a interdição dos números anteriores, pelo que se mantém a interdição definitiva das referidas revistas.

Apresento a V.Ex^{as}. os protestos da minha maior consideração.

Lisboa, 2 de Julho de 1956

A Bem da Nação
O SECRETÁRIO

Anexo A – Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros / Arquivo do ex-Gabinete para os Meios de Comunicação Social PT/SGPCM/GMCS. Pasta "Bat Man" revista infantil brasileira e mexicana, Processo n.: 118. Carta do Secretario da Direcção dos Serviços de Censura a Helena A. Lima de 02/07/1956.

118

Alvaro Gonçalves Pereira
 Praça dos Restauradores, 13-1.º
 Telefone 2 3771 — LISBOA

Relação dos jornais e revistas que se enviam à Comissão
 de Censura no dia 1 de 2 de 1955

Título da Publicação	Data	Número	Observações
Batman	10 de Janeiro, 1955	14	Recordamos a 1.ª vez que a revista que nos chegou a 14 de Janeiro a nossa apreciação

António Moreira

Infantil Mexicana

Informação

*Sir António
 Lourenço Pereira
 1.ª de Fevereiro de 1955*

atendendo a

Uma história de "super-homem",
 cenas de extrema violência e
 de terror (caixão etc.)

É de condenar para sempre,
 1-II-1955

P. Moreira das Neves

Este parecer foi aprovado na reunião do dia
 de _____ de 19____
 Lisboa, de 10 de fevereiro de 1955

O PRESIDENTE
R. S. Moreira

*Diracção dos Serviços de Censura
 INTERDITO
 Em 2 de Fevereiro de 1955*

Anexo B – Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros / Arquivo do ex-Gabinete para os Meios de Comunicação Social PT/SGPCM/GMCS. Pasta “Bat Man” revista infantil brasileira e mexicana, Processo n.: 118. Informação manuscrita de Padre Moreira das Neves, 01/02/1955 no verso da nota de encomenda do importador das revistas Alvaro Gonçalves Pereira.

Infantil Brasileira
LIVRARIA LATINA EDITORA
 RUA DE SANTA CATARINA, 2 • PORTO

Proc. 142

Guia de remessa de publicações para censura

TÍTULO	N.º	DATA	EXEMPLARES	
			A RECEBER	RECEBIDOS
MARVEL Magazine	8	Fev./Março 1955		UM

Porto 24 de Abril, 1955

O GERENTE

Informação

Gênero Super-homem

Não deve circular

18. IV. 1955

J. Madalena

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO
 COMISSÃO DE LITERATURA E ESPECTÁCULOS PARA MENORES
 Este parecer foi aprovado na reunião do dia
 de de 19.....
 Lisboa, 18 de Abril de 1955
 O PRESIDENTE

Direcção dos Serviços de Censura

PROIBIDO

Em 19 de de 1955

O DIRECTOR

Anexo C – Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros / Arquivo do ex-Gabinete para os Meios de Comunicação Social PT/SGPCM/GMCS Pasta “Marvel Magazine”. Revista Infantil brasileira, Processo n.º: 142. Informação manuscrita do Padre Moreira das Neves, datada de 18/04/1955, acerca do n.º: 8 (Fev./Mar. 1955) da “Marvel Magazine” no verso da guia de remessa do importador Livraria Latina Editora.

Revista Infantil Brasileira 171
LIVRARIA LATINA EDITORA
 RUA DE SANTA CATARINA, 2 • PORTO

Guia de remessa de publicações para censura

TÍTULO	N.º	DATA	EXEMPLARES	
			A RECEBER	RECEBIDOS
BIRIBA-SHAZEM Mag.	75	Maió/Junho 1955		MM 1

Porto, 13 de Julho, 1955

PROIBIDO
 O DIRECTOR
 O GERENTE

Informação

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO
 COMISSÃO DE LITERATURA E ESPECTÁCULOS PARA MENORES

Este parecer foi aprovado na reunião do dia

de 19 de Junho de 1955

Lisboa, de Junho de 1955

Pelo PRESIDENTE

J. Costa

*Cenas "super-homen",
 excessos de violência,
 gravuras inconvenientes*

Não deve circular

19.VII.55

P. Masnarez

Direcção dos Serviços de Censura

PROIBIDO

Em 20 de 7 de 1955

O DIRECTOR

Anexo D – Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros / Arquivo do ex-Gabinete para os Meios de Comunicação Social PT/SGPCM/GMCS. Pasta “Biriba-Shazan Magazine”, números proibidos. Processo n.: 171. Parecer manuscrito do Padre Moreira das Neves de 19/07/1955 sobre o n.: 75 Maio/Junho 1955, da revista “Biriba-Shazan Magazine” no verso da guia de remessa do importador Livraria Latina Editora.

Revista Mafalda Francesa
 N.º 147

LIVRARIA BERTRAND
 S. A. R. L.
 73, Rua Garrett, 75
 LISBOA
 Telefones: 2 0535 e 2 0536

Nota d' _____ Jornal-Revista estrangeir _____ abaixo
 indicad _____ que se envia à CENSURA no
 dia 21 de Setembro de 1955

Titulo	Número	Data
TARZAN	14	

Recebemos 20 exemplares VIA — Aérea
 Terrestre

DIRECÇÃO DOS SERVIÇOS DE CENSURA
PROIBIDO DESPACHO
 Em 27 de Setembro 1955
 O DIRECTOR

O Chefe da Secção
[Assinatura]

M. 307 - 2.000 ex. - 9/955

Informação

DIRECÇÃO DOS SERVIÇOS DE CENSURA
PROIBIDO
 Em 27 de Setembro 1955
 O DIRECTOR

Devem proibir-se todas as publicações deste género. É absolutamente deseducativa a glorificação do homem da selva com as suas aventuras absurdas.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO
COMISSÃO DE LITERATURA E ESPECTÁCULOS PARA MENORES
 Este parecer foi aprovado na reunião do dia _____ de _____ de 19____
 Lisboa 27 de Setembro de 1955
 O PRESIDENTE

Não deve circular
27.9.55
P. P. M. N.

Anexo E – Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros / Arquivo do ex-Gabinete para os Meios de Comunicação Social PT/SGPCM/GMCS. Pasta “Tarzan” Revista infantil Francesa, números proibidos. Processo n.º: 147. Informação manuscrita do Padre Moreira das Neves, de 27/09/1955, no verso da nota de encomenda da Livraria Bertrand, relativa ao n.º: 14 da revista Tarzan, edição francesa.

